



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 86ª
(OCTOGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DISCUTIR SOBRE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ALUNOS DA REDE PÚBLICA COM DPAC -
DESORDEM DO PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL,
DE 6 DE OUTUBRO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Reguffe a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 85ª Sessão Ordinária;
- Ata da 32ª Sessão Extraordinária.

Em razão do Requerimento nº 2.137, de 2010, de autoria da Deputada Erika Kokay, a sessão ordinária de hoje, dia 6 de outubro, fica transformada em comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A presente comissão geral,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

conforme deliberação do Plenário, destina-se a debater políticas públicas para alunos da rede pública do DPAC, Desordem do Processamento Auditivo Central.

A Presidência vai suspender os trabalhos até a chegada da titular do requerimento relativo à promoção desta comissão geral e dos demais participantes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h34min, a sessão é reaberta às 16h.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Declaro reaberta a presente Comissão Geral, que se destina à discussão de políticas públicas para os alunos da rede pública com Distúrbio do Processamento Auditivo Central.

Convido para compor a Mesa as seguintes pessoas: o Conselheiro de Saúde, Michael Platini; a Coordenadora da Secretaria de Ensino Especial do MEC, Marlene Gotti; a Representante do Movimento dos Familiares e Simpatizantes das Pessoas com DPAC, Mônica Eliza Aviani Bellingrodt; a Representante do Centro de Apoio ao Surdo, Carla Silva; o Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - COORDE/DF, Fernando Cotta; a Representante do Sindicato dos Professores, diretora e psicóloga, Vanuza Sales; a Conselheira Efetiva do Conselho Regional de Fonoaudiólogos da 5ª Região, Dra. Jane Kátia Quintanilha; a Sra. Chefe do Núcleo de Apoio ao Estudante com Deficiência Sensorial, Dra. Valdicéia Tavares dos Santos, que representa aqui o Secretário de Educação, Sinval Lucas de Souza; e O Sr. Subsecretário de Atenção à Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Dr. José Carlos Quinaglia, que já se encontra aqui conosco com muita alegria.

Estamos aqui para discutir a inclusão, sob todos os pontos de vista, das pessoas com DPAC - Distúrbio do Processamento Auditivo Central -, para, juntamente com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, traçarmos uma política que possa fazer com que essas pessoas, esses meninos e essas meninas tenham direito a uma vida absolutamente plena e possam superar as suas dificuldades. Essas dificuldades são estruturantes, porque determinam a forma como são vistos e acolhidos, muitas vezes, dentro das salas de aula.

Muitas vezes, essas crianças são vítimas de discriminação, de *bullying*. Vamos trabalhar com a mesma lógica de quando há um direito violado, o direito de ter um sistema de educação que possa acolhê-los nas suas diferenças e respeitar suas potencialidades.

Como diz um grande educador, aceitar a diversidade é uma demonstração profunda da inteligência humana. Não é somente aceitar, é homenagear. A diversidade precisa ser homenageada, porque ela é uma expressão do quanto somos diversos e carregamos uma riqueza em função disso. Isso nos instiga a termos políticas públicas para superar todos os desafios.

Recebemos um grupo de pais e mães preocupados com seus meninos e meninas, inclusive preocupados com a orientação, com a determinação de que esses



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

meninos e meninas estivessem em salas ditas inclusivas - inclusivas apenas por decreto, mas não se inclui por decreto. São experiências tecidas com muita dor muitas vezes, mas também com muita esperança e muita fé de que esses meninos e meninas possam se desenvolver em todas as suas potencialidades.

Temos vários exemplos de que, ao termos um método pedagógico adequado e projetos pedagógicos específicos e adaptados, eles conseguem se desenvolver e atingir toda a sua potencialidade. Decretos como esse não ajudam. Era preciso, antes de mais nada, escutar; escutar quem lida com isso, escutar os educadores, escutar os pais, as mães e os próprios meninos e meninas.

Nós estamos aqui para que possamos colher subsídios, dialogar sobre o tema, traçar linhas de políticas públicas, para levarmos não apenas para o próximo governo do Distrito Federal, mas também levar para o governo atual, até porque nós estamos às vésperas de uma estratégia de matrícula que pode determinar medidas que dificultarão muito sua revisão no outro período do próximo ano.

Nesse sentido, fizemos a opção por realizar esta Comissão Geral o mais rapidamente possível, logo depois do pleito eleitoral, com todas as dificuldades que isso representa. Achamos que havia urgência em fazer esta Comissão Geral, para levarmos daqui pleitos ao governo atual, o Governo do Distrito Federal.

Dando continuidade a esta Comissão Geral, esclareço que ofereceremos aos que compõem a Mesa um prazo de 5 minutos; depois, daremos para as pessoas que aqui estão um prazo de 3 minutos para fazerem as suas observações; e, sendo necessário, devolveremos a palavra para os componentes da Mesa. Teremos certo rigor no controle do tempo, para que não haja nenhum prejuízo na diversidade e na amplitude das falas, das contribuições aqui nesta tarde de hoje.

Para dar início às falas da Mesa, concedo a palavra ao Conselheiro de Saúde, Sr. Michael Platini, para que ele possa fazer as suas considerações por um período de 5 minutos.

SR. MICHAEL PLATINI - Boa-tarde. Como sou o primeiro, não ouvi ainda as outras falas, mas eu já tenho algumas propostas.

Agradeço à Deputada Erika Kokay a realização desta Comissão Geral. Saúdo todos os que compõem a Mesa em nome da Mônica, que é a nossa mãe maior, a nossa representante na defesa dos direitos dos meninos e meninas que vivem hoje enfrentando dificuldades na educação.

Temos nos organizado muito. O movimento tomou corpo há pouco tempo, mas ele já tem conseguido avançar muito. Já fomos a reuniões no Ministério Público. O próprio Dr. Jairo Bisol - que deve ter tipo algum problema para não ter vindo - tem contribuído muito. Parece que ele pediu a suspensão da estratégia de matrícula para que se pudessem reconhecer os meninos com DPAC. Eu já queria pedir, Deputada, que, como a Secretaria de Educação não participa desta Comissão Geral,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

enviássemos os resultados desta Comissão, para que o Estado reconheça e comece a entender os problemas que hoje vivem os meninos e meninas com DPAC.

A luta hoje das famílias que têm algum menino ou menina que vive com esse distúrbio é pelo reconhecimento, porque esses meninos e meninas viveram anos e anos dentro das salas de aula ou dentro da sociedade sem serem reconhecidos, sendo vítimas da falta de visibilidade, vítimas da falta de reconhecimento. Quando não são reconhecidas como pessoas que precisam de uma demanda diferenciada, falta política pública para que esses meninos e essas meninas consigam viver com dignidade, com o mínimo de dignidade. Então, à Secretaria de Saúde compete o diagnóstico, que até hoje não conseguimos tornar efetivo. Poucas famílias conseguiram estabelecer um diagnóstico, porque a Secretaria não disponibilizou esse serviço, não respondendo à demanda que hoje temos.

Outra dificuldade é a falta de reconhecimento. Muitas pessoas hoje vivem esse problema, mas não sabem que o têm, porque não sabem o que é o DPAC. Então, a nossa luta é também pela visibilidade disso. Se criarmos uma rede de atendimento dentro da Secretaria de Saúde e com a própria Secretaria de Educação, que tomou essa responsabilidade para si, poderemos trazer outras famílias que vivem hoje essas dificuldades, mas que não têm clareza do que vivem.

Então, para a Secretaria de Saúde, Dr. Quinaglia, nós temos de estabelecer essa discussão e estabelecer, urgentemente, serviços que possibilitem esse diagnóstico. O diagnóstico hoje das pessoas que estão aqui, 100%, são da rede privada. Não é isso, Erilda? Todos os que estão aqui fizeram diagnóstico na rede privada, que disponibiliza esse serviço que ainda é caro e que nem todo mundo pode fazer. A partir do diagnóstico, é necessário criar uma rede de serviços que a Secretaria de Saúde precisa fazer. São as terapias, os atendimentos individualizados. Temos de começar a pensar em uma rede de atenção para as pessoas que vivem com DPAC. Esses serviços seriam na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Educação. Como a ideia surgiu na Secretaria de Saúde, temos de estabelecer uma pactuação.

O nosso objetivo nesta comissão geral, além de fazer essa discussão, Dr. Quinaglia e Dr. Sinval, representante de Secretaria de Educação, é amarrar neste evento esse atendimento tanto na área educacional quanto na Secretaria de Saúde. Ao MEC - eu acompanho e admiro o trabalho da professora Marlene - cabe ajudar para conseguirmos um reconhecimento em nível nacional, pois não inventamos isso. Ninguém tirou da cabeça que existe esse distúrbio. Se o distúrbio existe, o Estado deve reconhecer. Precisamos que o Ministério de Educação o reconheça para não justificar a falta de atendimento na educação, porque o MEC não reconhece o DPAC como uma necessidade educacional especial.

À Secretaria de Saúde compete estabelecer o diagnóstico e o acompanhamento na área de saúde. Queríamos receber hoje aqui a notícia de que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

os meninos e as meninas com DPAC poderão contar na estratégia de matrícula. Que não seja como um puxadinho, como um atendimento.

É preciso fortalecer o Centro de Atendimento ao Surdo - CAS. Eu não poderia deixar de falar que precisamos fortalecer o CAS. Esse Centro precisa sair da iminência do fim, de que o CAS vai acabar. Precisamos fortalecer o trabalho que a Carla tem feito e dar mais oportunidade para que mais meninos e meninas possam ter esse atendimento do CAS.

Muito obrigado. Boa-tarde. Vamos seguir essas discussões.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Michael Platini.

Eu quero registrar a presença das seguintes pessoas: Sr. Luís Maurício, coordenador e conselheiro da FAPED; Sra. Isabel Maria Passos Sena; Sr. Valdir Cordeiro Vasco; Sr. Edmilson de Jesus Melo; Sr. Gustavo Gomes Xavier Melo, estudante; Sra. Marinete Gomes Xavier Melo, auxiliar em educação; Sra. Gilma Irene Lima, orientadora educacional de conselho escolar; Sra. Ana Maria Peres, especialista em educação; Sr. Douglas de Paula Firmino, estudante; Sra. Eloisa Toffano Seide, mãe de aluno; Sra. Amanda Pereira da Silva, estagiária; Sra. Thaís Ribeiro Brandão, assistente; Sra. Luciene Matta dos Anjos, professora; Sra. Marilda Alves de Almeida, encarregada; Sra. Glícia Muniz Pereira, professora; Sra. Rosy Lilian de Faria, professora; Sra. Fabiana Barreto Roriz, estudante; Sr. Marcelo Barreto Roriz, professor; Sr. Bruno Adolfo Oliveira, universitário; Sr. Diego de Paula Firmino, estudante; Sr. Jorge Mattos Vieira, professor; Sra. Claudia Cerqueira Ambrosio, professora; Sr. Arthur Trindade G. de Paula, estudante; Sr. Antonio Geraldo de Paula, servidor público; Sr. Victor Hugo T. G. de Paula, estudante; Sra. Fátima Trindade Gusmão de Paula; Sra. Luciana Maria Faria Barbosa, professora; Sra. Laura Antonia Lemos, professora; Sra. Kátia Danielle de Oliveira Leite, radialista e revisora; Sra. Djanete de Oliveira Leite, professora; Sr. Júlio César Alves Bravo, servidor público; Sr. Orlando Silva, funcionário público; e da Sra. Tânia Cerqueira, técnica em arquivo.

Quero agradecer muito a presença de cada um e cada uma de vocês e passar a palavra neste momento para a representante do Movimento dos Familiares e Simpatizantes das Pessoas com DPAC, Sra. Mônica Eliza Aviani Bellingrodt.

SRA. MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Boa-tarde a todos. Eu gostaria primeiramente de agradecer à Deputada Erika Kokay, que nos recebeu profundamente centrada na preocupação com relação a essas crianças.

O distúrbio do processamento auditivo central é uma situação nova, porém é uma situação que está acometendo muitas crianças, muito mais do que poderíamos imaginar.

Agora falo como mãe, representando tantos outros casos que nós diariamente estamos escutando. As nossas crianças são crianças muito inteligentes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

são crianças desafiadoras e são crianças que, quando chegam a escola - o que é a nossa grande alegria -, para começar uma formação que é um encontro social, nós deparamos com um grande problema, nós deparamos com várias frustrações, nós deparamos com o desconhecimento da escola, nós deparamos com a nossa própria frustração porque a gente entra num estado de culpa. Nós vemos nossos filhos não só ficarem frustrados, mas entrarem em depressão. Os coleguinhas vão aprendendo a ler, vão aprendendo a escrever, e os nossos filhos vão ficando. Na política pública, querendo ou não, uma hora ou outra, eles passam, mas somente passam porque os conteúdos também vão ficando para trás. Aparentemente está tudo certo, mas essas crianças vão virando um problemão porque os professores vão começando a ter incômodo. Em pouco tempo essas crianças estão virando grandes problemas, nós somos chamados várias vezes na escola porque são crianças - volto a falar - muito inteligentes, são questionadoras na grande maioria das vezes e viram crianças-problemas. Então o problema normalmente é da mãe, é do pai, é da família porque infelizmente também a escola não está preparada para essa situação.

Sendo assim, o que descobri é que meu filho não era o único e aí comecei a conhecer mais e mais e mais e me alarmei profundamente, porque não era um, não eram dois, daí a pouco eram cem, eram duzentos. Onde isso vai acabar?

O que estamos descobrindo é que algumas crianças estão com laudos de deficiência mental, outras crianças estão com laudos de dislexia, outras crianças estão com tantos outros laudos que as tornam rotuladas. Observo que, se essas crianças tiverem a adequada assistência tanto na área da saúde quanto na área da educação, não existirá rótulo e o laudo vai ser extremamente positivo, desde que nós comecemos esse trabalho com a criança pequena. Hoje infelizmente nós trazemos crianças com 14, 15 anos analfabetas dentro da rede pública. Nós trazemos crianças com 10, 12 anos com um grau de depressão lastimável. Nós trazemos casos de brigas na escola. Nós trazemos casos de crianças que são suspensas. Nós estamos cansados de ir e vir na escola com professores reclamando. Nossas crianças acabam sendo isoladas na escola. Em casa, por mais que a gente reclame, nós somos família; por mais que a gente se descabele, nós somos família. Nós temos mães, nós temos pais que deixaram de trabalhar por causa dessas crianças.

Eu não poderia ficar parada pelo meu filho. Se eu descobri que não é um, não são dois, não são três, mas são mais de cem casos, eu não poderia ficar parada mesmo. Principalmente porque, como disse o Platini, quem tem dinheiro tem como correr atrás. E quem não tem? E aquelas crianças que estão lá, igual ao meu filho, com uma grande diferença, continuam no mesmo lugar?

Então, eu pago fono, do meu bolso; eu pago neurologista, do meu bolso. Graças a Deus, nós temos o CAS, que faz um trabalho ímpar nos últimos três anos de atuação. Este, infelizmente, não está sendo divulgado da forma que deveria. Infelizmente, não tem profissionais suficientes para atender à grande, imensa, demanda.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Então, eu volto a pedir: "Vamos rever essa situação". O meu filho passou quatro anos no sistema comum de inclusão. Eu já escutei: "Não, mas seu filho está na inclusão". Quatro anos! Meu filho começou a ser alfabetizado aos 10 anos. Ora, que situação de inclusão é essa? O que está acontecendo? A inclusão é boa? É. Está adequada? Não, não está. Podemos adequar? Com certeza. Como? Partindo daqui, com atitudes que poderão sair daqui, depende da Mesa.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Mônica.

Eu passo a palavra, neste momento, à representante do Centro de Apoio ao Surdo, Carla Silva.

SRA. CARLA SILVA - Boa-tarde a todos. Eu estou aqui para defender a parte pedagógica. Agradeço à Deputada Erika Kokay o momento e a todos agradeço a presença.

O CAS começou a atender os alunos com DPAC por um compromisso... Na época, quem estava na gerência de ensino especial sabe, se falava: "Essa criança está precisando de atendimento, está relacionado à audição, então o CAS atende". A gente começou como um desafio, não sabíamos nada sobre DPAC. Fomos nos especializando, fazendo curso de audiocomunicação, linguagem oral, junto com a parte pedagógica, e nos especializamos nessa área.

Durante esses três anos, nós observamos que as crianças têm dificuldade de aprendizagem, mas, com a devida adequação, se desenvolvem. Nós temos hoje quatro crianças completamente reabilitadas - de severo passaram a ser leve ou não acusar nada no exame.

E que tipo de trabalho foi desenvolvido com essas crianças? Um programa voltado para o DPAC, que hoje não tem apoio da área da saúde. E isso é o que estamos buscando. Então, o que eu vou defender aqui é o programa que já é desenvolvido dentro do CAS. Por que não é totalmente eficiente? Porque hoje nós estamos ocupando o Módulo 6 do CE 01, não temos um espaço adequado. Há mais de três anos nenhum profissional chega dentro do Centro, não abrem vagas para esses professores dentro da Secretaria. Então, o CAS está ali, com o número de profissionais reduzidos, atendendo hoje 60 alunos com DPAC, num atendimento em grupo, onde há alunos com DPAC grau severo nos três tipos: decodificação, codificação e organização. Crianças que precisariam emergencialmente de um atendimento individualizado, mas que está tendo atendimento em grupo.

O que a gente garante para esses alunos com atendimento em grupo? Que a gente vá às escolas e faça algumas adequações, que a gente garanta a esses alunos o direito, pelo menos, de serem ouvidos, a partir do momento em que ele efetive a matrícula dentro do CAS. E a gente está indo às escolas resolver isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Então, o que nós percebemos hoje dentro da parte pedagógica, que é a nossa luta? Primeiro, os professores não estão capacitados. Nem sabem o que é DPAC, como trabalhar com ele. Então, a gente pede uma preparação, que esses professores sejam capacitados pela EAB, ou seja lá pelo que for, mas que eles sejam capacitados e estejam preparados para receber esses alunos em sala de aula. Segundo, que as turmas sejam reduzidas, não porque tem TDAH na sala ou porque tem disléxico ou surdo, mas que eles tenham direito à redução, porque o que incomoda esses alunos na aprendizagem é o ambiente ruidoso. Eles não sabem conviver com esse tumulto em sala de aula, com excesso de alunos.

Então, a redução é primordial para a aprendizagem deles. Sala de recursos ou sala de apoio, seja lá o nome que for dado a esse atendimento no contraturno, que eles tenham direito à matrícula nesse atendimento complementar. Hoje eles não têm. O que se alega é que não há verba. Ele não tem a matrícula no complementar e eles precisam desse apoio no horário contrário. Que eles tenham direito a fazer o plano individual deles dentro da escola, que eles tenham adequações curriculares de médio, pequeno e grande porte. E que tenham atendimento psicopedagógico, porque esses alunos vêm atrelados à desordem, ao distúrbio, toda uma comorbidade. São crianças que têm lateralidade cruzada, distúrbio do processamento visual. São crianças que têm problemas de locomoção, que são tidas como desastradas, desatentas, de tudo o que vocês podem imaginar elas têm rótulos. Como elas têm todas essas comorbidades, são crianças que não escrevem, não copiam do quadro. Começam o ano com o caderno em branco e acabam o ano com o caderno em branco. São crianças que levam "n" tarefas para serem feitas em casa. Não dão conta de fazer na escola, a família tem que fazer em casa junto com eles. Só que, se eles não conseguem fazer na escola, também não vão conseguir em casa. Então, nós precisamos de adequação e de espaços dentro da escola - salas de recurso, oficinas pedagógicas que possam complementar e suplementar a aprendizagem desses alunos.

O trabalho está sendo feito, desenvolvido e está dando certo. Só que nós só temos uma psicopedagoga no CAS para atender 60 alunos. Contamos com o apoio das professoras de português como segunda língua, trabalhando a parte de português oral e português escrito, que está contribuindo imensamente para esse trabalho. Mas nós só temos esses profissionais para atender atualmente 60 crianças. Há uma lista de espera de 25 alunos já diagnosticados e uma lista de espera de 15 a 16 alunos aguardando uma avaliação para que sejam incluídos nesse programa do CAS.

Termino dizendo que, no atendimento da semana passada, um aluno chegou a mim com uma borboleta e disse: "Tia, hoje eu dei o meu primeiro voo". Eu pensei: "Mas ele não está de alta. Ai, meu Deus! Será que ele acha que vai ser dispensado do atendimento?" Essa criança virou para mim e disse: "Tia, hoje, pela primeira vez,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

eu recebi um elogio em sala de aula". Imaginem como isso foi importante para essa criança!

Eles são extremamente inteligentes e capazes. Basta elevar a autoestima deles e desenvolver um programa que acesse essa dificuldade deles.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Carla.

Eu vou conceder a palavra ao Coordenador para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - COORDE/DF -, Fernando Cotta.

SR. FERNANDO COTTA - Muito obrigado.

Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Erika Kokay. Mais uma vez, estamos juntos na batalha lutando pelas pessoas com deficiência. Parabênz a senhora, Deputada, por mais uma vez levantar uma causa que é fundamental e que, muitas vezes, parece esquecida pelos governos, pelos administradores, enfim, por quem tem efetivamente o compromisso de mudar essa situação, de conseguir efetivamente a evolução das pessoas desta sociedade.

Eu queria dizer, primeiramente, que é muito bom ver que as pessoas atendem aos convites, ver que as pessoas estão presentes, ver que as pessoas estão lutando por isso. Nós não podemos deixar isso de lado.

Imperativo para o desenvolvimento desses meninos, como chamou a Deputada Erika Kokay, é também a questão do investimento. Isso que nós estamos falando aqui se resume a isso - eu acredito -, à questão do investimento. Nós temos que nos preocupar, por exemplo, nesta época agora, com a questão do orçamento público voltado para essas pessoas, para as pessoas acometidas de DPAC, por exemplo.

O Conselheiro Michael Platini foi muito feliz quando falou sobre a questão do reconhecimento, que envolve a dificuldade das famílias na situação de pertencimento. Nós temos isso na sociedade, a que grupo nós pertencemos. Estava conversando com a representante da associação, e ela estava me dizendo que não são consideradas pessoas com deficiência, mas...

Então, eu queria dizer que o Michael foi muito feliz quando nos colocou essa questão da dificuldade dessas famílias. Onde estão? Ora, estão no Decreto nº 3.298/99, como deficientes auditivos? Não. Não se enquadram, porque o exame não... Então, de que forma? O que existe para isso no ordenamento jurídico? Vão ser pessoas com deficiência se não houver investimento agora. Não podem esperar.

Deputada Erika Kokay, eu queria, inclusive, passar para a senhora - fazemos isso como questão de reconhecimento porque todo anos, no ano passado inclusive a senhora participou conosco, porque há uma dificuldade aqui ainda - uma camisa do Dia do Surdo, que comemoramos agora, no dia 26 de setembro, com entidades representativas dessas pessoas aqui no Distrito Federal. Fizemos uma blitz, fizemos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

alguns eventos, aqui em Brasília, muito interessantes para comemorar isso. A Deputada Erika Kokay sempre está conosco nesse sentido.

Eu queria, também... Essas blitz são para quê? Normalmente, essas blitz, nesses eventos... Nós entregamos as necessidades para essas autoridades que citei no começo. Os tomadores de decisão, como eu chamo. Quais são as necessidades? Que grupo é esse? A professora colocou muito bem aqui essa questão. De que profissionais precisamos? Outra questão muito interessante que ela colocou foi em relação ao CAS - Centro de Apoio ao Surdo -, demonstrando claramente que, quando há algum investimento nessas pessoas, o retorno é muito claro. Quatro pessoas - e foi feito isto - saíram da surdez considerada profunda. Isso é fantástico! É mudar uma vida, é mudar situações, prognósticos futuros de famílias.

Então, temos que, realmente, bater muito nessa questão de investimento. Só que, hoje, isso é uma ilha. É evidente a necessidade de ampliação, de aplicação, efetivamente, de um processo de melhoria. E não há magia. É preciso haver investimento sério, voltado para essa questão das pessoas acometidas de DPAC.

Como Coordenador da CORDE, eu precisaria perguntar: quais os serviços oferecidos a essa comunidade? Eu queria fazer, também, aqui, um compromisso - aí como Conselheiro do CODEGE. Há o Conselheiro Luiz Maurício, que também está aqui, e o Conselheiro Michael Platini -, para que levássemos ao CODEGE - Conselho de Direito à Pessoa com Deficiência. E essa necessidade, essa preocupação efetiva... O Conselho, afinal, é o responsável por traçar políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência. Um colegiado formado pela sociedade civil e pelo Governo e que deve levar isso aos órgãos do Executivo, para que sejam, de fato, executadas as ações de políticas públicas para essas pessoas.

Então, por último, quero dizer que, fundamentalmente, o papel da CORDE hoje, aqui, que é um órgão de quarto escalão do Governo, essa coordenadoria para inclusão da pessoa com deficiência, é levar ao Secretário, ou tentar encaminhar aos Secretários das Pastas - como foi colocado aqui - de Saúde, de Educação, de Cidadania também - buscar a cidadania para esses direitos humanos -, além das outras Pastas que vão ser influentes à questão, essas necessidades das pessoas acometidas de DEPAC e das suas famílias.

Então, esse é o papel da CORDE. E é isso que vamos trabalhar também, a partir de agora.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Muito obrigada, Fernando.

Passo a palavra, neste momento, à Diretora do Sindicato dos Professores, a Psicóloga Vanuza Sales.

SRA. VANUZA SALES - Boa-tarde a todos.

É com muita satisfação, mais uma vez, que uso o espaço desta Casa para possibilitar um espaço de discussão. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Primeiramente, a Deputada Erika Kokay, pelas iniciativas, pelo apoio que tem dado a todas essas lutas de direitos humanos, de educação de qualidade; os representantes do Ministério de Educação, da Secretaria de Educação, da CORDE, do Conselho Regional de Fonoaudiologia; pais e mães presentes, lutadores e batalhadores, porque essa luta é de todos nós.

Vimos fazendo frente a essas demandas - nós, como Sindicato dos Professores - porque entendemos que essa luta das famílias é, também, uma luta dos professores. Quando possibilitamos uma melhoria da qualidade do trabalho educacional, também melhoramos as condições de trabalho dos professores.

O Distrito Federal é precursor nessas políticas, mas ainda precisamos avançar muito em vários aspectos, principalmente no aspecto da educação inclusiva.

O Estado tem um papel principal na construção das políticas públicas e, principalmente, nas políticas de educação. Temos dito, desde as outras audiências públicas, Deputada Erika Kokay, da necessidade de criação de uma política pública de educação, uma política de Estado, e não políticas de Governo, porque, se muda o Governo, muda a política, e isso deixa de nos favorecer. A nós, como professores, e a vocês, como usuários da política: pais, mães e estudantes.

Então, temos trabalhando no sentido de buscar essa discussão. Estou compondo a equipe paritária, que tem discutido a estratégia de matrícula, mas, infelizmente, tivemos todas essas mudanças. Acabamos de ter uma nova mudança de Secretário de Educação, e isso interfere no processo de debate e de construção. Já tínhamos sinalizado a necessidade de fazer constar no documento a contemplação a esses estudantes. E esse documento, chamado estratégia de matrícula, norteia todo o processo de ingresso, de matrícula e de renovação para o ano subsequente, para o ano, por exemplo, de 2011. Estamos em 2010, e vamos definir o que vai constar no documento, para 2011, certo? Portanto, nesse documento - eu já havia sinalizado isso para os representantes da Secretaria de Educação -, deve ser previsto o atendimento para esses estudantes, porque é necessário haver uma adequação no atendimento a esses estudantes, como a Carla trouxe, de trabalhos que estão sendo realizados dentro da própria Secretaria de Educação, com êxito. E precisam ser ampliados, viu, Deputada?

A Carla está trazendo, na verdade, a realidade do Plano Piloto, mas temos 14 regionais agregadas, que vão do Gama a Santa Maria e a Planaltina. Estamos fazendo o levantamento do histórico da quantidade de crianças, não é, Mônica? Fizemos uma verificação. Por exemplo, Ceilândia tem 100 crianças com histórico desse transtorno de distúrbio no processamento auditivo central. Temos feito esse levantamento junto às representatividades e aos profissionais que trabalham sofrendo essas dificuldades. Consequentemente, isso vai gerando sofrimento, porque eu não dou conta de atender a uma demanda adequadamente. Isso gera sofrimento ao profissional da Educação. Nós temos um quadro de profissionais adoecidos psiquicamente em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

virtude dessa proposta de educação inclusiva que não se dá a contento, atendendo tanto à necessidade dos estudantes, quanto dos profissionais que prestam esse serviço. Considerando que a ausência dessa política reflete nesses dois principais atores do processo educacional, que são os professores e estudantes, temos esse quadro que está apresentado a vocês agora. Os DPACs, assim como os estudantes com histórico de transtorno de déficit de atenção, dislexia, transtorno de conduta - já tivemos uma audiência, inclusive, para debater essa questão aqui - não são considerados alunos com deficiências mentais, mas eles demandam atendimento educacional especializado. E esse atendimento educacional especializado tem que atender a sua necessidade pedagógica específica. Não é? Então, eles são tidos como transtornos funcionais e, obviamente, estão fora, ou seja, estão excluídos. Que inclusão é essa que a gente tanto prega e quer fazer, quando a gente exclui as pessoas?

Para finalizar, eu trouxe a fala de um líder africano, o Chafik Abu-Tahir. Ele diz da definição de inclusão que tem sido propagada, que significa convidar todos a que se aproximem, aqueles que estiveram historicamente excluídos ou deixados de lado. Ele diz que essa bem intencionada definição pode, em princípio, parecer poderosa, porém, há uma evidente fragilidade. Quem tem autoridade ou direito de convidar os outros? Quem promove a exclusão? Quem está promovendo esse movimento de exclusão? Por que a gente fala tanto de inclusão? Por que será que a gente fala tanto de inclusão, não é? Porque, em algum momento, a gente fez um movimento de exclusão. Então, ele diz que já é tempo de reconhecermos que nascemos dentro, que nascemos de dentro do útero de nossa mãe.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Agradeço à Vanuza.

Concedo a palavra à Conselheira efetiva do Conselho Regional de Fonoaudiólogos da 5ª Região, Dra. Jane Kátia Quintanilha.

DRA. JANE KÁTIA QUINTANILHA - Boa tarde a todos. Quero agradecer à Mônica o convite e à Deputada Erika Kokay esse evento.

Eu gostaria só, rapidamente, de falar um pouquinho sobre o que é o processamento auditivo, mas nem queria entrar muito no mérito. De uma forma geral, a gente pensa assim: quando a gente faz uma audiometria, vemos a quantidade de som que a pessoa ouve. Quando a gente vai fazer um exame de visão, vamos ver a quantidade de visão. Quando a gente vai fazer o exame de processamento auditivo central, vamos ver a qualidade desse som, como esse som chega ao cérebro e como ele é processado. Aí a gente vê que ele reconhece esse som, mas não consegue processar de maneira correta. Aí é que começa a dar alteração.

Como a professora falou, ela não é uma deficiência, é uma alteração do reconhecimento do som, da informação que chega ao cérebro através do nervo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

auditivo. Isso é importante a gente estabelecer, porque, quando a gente fala em todas as políticas públicas...

Eu vou defender o fonoaudiólogo, que é o profissional mais habilitado para fazer o diagnóstico e o tratamento nos casos de processamento auditivo. A gente vê que em nenhuma equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação existe fonoaudiólogo. Ainda não houve o concurso para ter esse fonoaudiólogo dentro dessas equipes. Então eu acho que a gente tem que partir, pensar nessas equipes. Eu estava falando com a outra professora que é superimportante a gente pensar nessas equipes. Qual vai ser o papel do fonoaudiólogo? Orientar os professores como trabalhar com essas crianças. Porque se a gente fizer um atendimento em que o professor não sabe como vai trabalhar, isso aí acaba sendo inútil. Existem estratégias de melhorar, de trabalhar com essas crianças para que ela consiga.

Então eu agradeço mais uma vez a todos essa oportunidade e coloco o Conselho à disposição de todos. Eu já falei com a Mônica, para a gente estar junto nessa parceria, nesse projeto.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Jane. Eu gostaria de saber se tem algum pai que gostaria de prestar algum depoimento.

Concedo a palavra por três minutos e pediria que quem usasse da palavra se identificasse. Solicito que quem usará da palavra permaneça com o braço erguido porque o Cerimonial irá recolher os nomes de quem dará os depoimentos

SR. VALDIR CORDEIRO VASCO - Boa-tarde a todos. Quero agradecer veementemente à Deputada Erika Kokay por ter abraçado esta causa. Eu sou pai de aluno com DPAC. Nós passamos mais de dois anos com tratamento com psicólogo, três vezes por semana. Cada vez que íamos custava R\$ 80,00. Às vezes o dinheiro fazia falta para a gente. Até aí não adiantou nada até que a gente conseguiu ser inserido no CAS e, graças a Deus, ali foi feito um trabalho multidisciplinar.

A minha filha no colégio era ridicularizada, era excluída. Todo mundo ria dela porque ela não conseguia nem acompanhar, copiar do quadro, enfim... Uma vez cheguei em casa, e a mãe tinha batido nela, queria tirá-la do colégio porque ela não conseguia ler. Tinha que repetir várias vezes para ela poder assimilar, foi triste, foi muito dolorido isso aí. Então, às vésperas da prova, passávamos a noite inteira... Um dia falamos: vamos tirar essa menina do colégio. No colégio foi insinuado: "ah, troca de colégio". Vai tirar um problema de um lugar para levar para outro. Depois que ela conseguiu entrar no CAS, foi feito um trabalho multidisciplinar. Em apenas um ano e meio ela hoje dá *show* de bola, ela hoje consegue copiar tudo, consegue tirar as melhores notas no colégio. A mãe não precisa ajudar em nada, entendeu? Então, ela, sozinha, já está caminhando com suas próprias pernas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Depois disso, a professora Carla foi ao colégio onde ela estudava e já descobriu mais de 12 crianças com esse mesmo problema e que também já estão lá no CAS. Então, não adianta ter só um psicólogo na escola. Se não tiver uma equipe multidisciplinar, não vai resolver nada. Eu agradeço a Deus e agradeço ao CAS por ter dado essa oportunidade à nossa família e à nossa filha, como um todo, porque hoje ela é uma outra pessoa.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Mais uma vez eu peço que não esqueçam essa bandeira. Isso é muito sério. O serviço do CAS é um serviço de excelência não só de Brasília, mas eu acho que da América Latina. A qualidade do serviço e o retorno que nos proporcionou são imensuráveis.

Muito obrigado mais uma vez.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada pelo depoimento.

Passo a palavra ao próximo interessado em falar - é bom que se identifique com o nome.

SR. ORLANDO SILVA ILORCH - Boa-tarde, meu nome é Orlando. Sou servidor público e trabalho nesta Casa. Tenho uma menina que tem 10 anos e possui essa deficiência. Desde os seus 7 anos, a gente vem lutando. Houve um ano, ano passado, em que fomos a um evento da escola, e ela conseguiu ler. Ela não conseguia ler. Quando eu vi a minha menina aprendendo e se desenvolvendo - lentamente, mas está -, coloquei para mim mesmo: eu vou carregar essa bandeira, eu vou ajudar. Existe uma pasta em que há leis, alguns decretos e sonhos de alguns pais, que vou passar para a Deputada. Nós temos que nos engajar nessa luta.

Nesta minha andança, vejo que precisamos de duas coisas. A primeira é a Secretaria de Educação reconhecer para o ano que vem a permanência desses alunos no colégio especial, porque em Sobradinho houve uma ordem para que esses alunos fossem retirados desse trabalho. Como já estava no meio do ano, ficou constrangedor retirá-los, mas não há a garantia de que no ano que vem eles irão permanecer. Isso em Sobradinho, eu não sei como está a situação em outras regionais. A segunda é que, como falta dinheiro, a Mesa já colocou isso no ar, eu sugiro que nós coloquemos alguns Deputados para apresentar emendas parlamentares, porque algumas emendas vingam. O governo consegue liberar recursos para algumas emendas, embora ele próprio não coloque os recursos no Orçamento. Então, por meio do Parlamentar, há esperança de que alguma coisa venha a acontecer. Era só isso que eu tinha a falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigado pelo depoimento. Eu gostaria de chamar para fazer uso da palavra o Sr. Antônio Geraldo de Paula, que é funcionário público da Marinha do Brasil e registrar, agradecendo, a presença de Erilda Oliveira Gutierrez, que é professora do CEF 7, de Samambaia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

SR. ANTÔNIO GERALDO DE PAULA - Boa-tarde a todos. Eu gostaria de parabenizar a Sra. Mônica; a professora Carla, que tive o imenso prazer de conhecer no CAS; logicamente a senhora, Deputada, pela iniciativa; e os demais membros da Mesa. Agradeço também a presença dos pais e, principalmente, dos alunos que aqui estão.

Vou contar um fato para vocês, um fato simples que para muita gente pode parecer que não é nada, mas que para mim e para minha esposa é uma vitória muito grande. Meu filho foi diagnosticado com esse problema, o DPAC, em função das grandes dificuldades que ele vinha tendo no colégio. Eu e minha esposa, durante duas semanas, lutamos com o Arthur, que aqui se encontra. Por favor, Arthur, você poderia se levantar, meu filho? Ah, ele está dormindo. Lutamos para que ele fizesse uma simples prova, uma simples prova, a qual, no nosso entender, para qualquer criança normal, seria uma coisa, digo para vocês, simples. Lutamos, eu e minha esposa, e achávamos que, com toda a dificuldade dele, ele iria conseguir com a professora nos acompanhando.

Eu estava no trabalho e recebi uma ligação da minha esposa. Meu filho falou comigo assim: "Papai, eu consegui fazer a prova".

"Papai, eu consegui fazer a prova."

Vocês não sabem a emoção que eu senti ao ouvir aquilo do meu filho. Eu sei que ele foi acompanhado durante aquela prova, mas o que eu quero passar para vocês é essa experiência: um fato que é simples e corriqueiro para outras crianças, para eles é uma vitória.

Eu queria relatar essa experiência para vocês.

Quero pedir a V.Exa., Deputada, que engaje nesta luta com essas crianças portadoras de DPAC e, principalmente, que fortaleça o CAS.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada.

Eu concedo a palavra à senhora Eliana Leila, mãe de criança com DPAC.

Ainda estão inscritos o senhor Edmilson, a senhora Miriam e a senhora Kátia.

Alguém mais?

SRA. ELIANA LEILA DA SILVA NASCIMENTO - Bom, eu vou resumir rapidamente o que é o sofrimento de uma criança com DPAC.

O meu filho chegou à Escola Classe 304 Norte com 6 anos e meio e não era alfabetizado. Desde a 1ª série até a 3ª série foram três anos de sofrimento, porque a escola não sabia o que ele tinha. Ele não conseguia aprender.

Na 1ª série ele conseguiu decodificar as letras e juntá-las, mas não conseguia formar palavras. E foi sendo empurrado para as séries seguintes. Na 2ª



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

série, somente no final do ano, ele conseguia formar pequenas frases. Mas a escola sempre passava a responsabilidade para os pais, dizendo que o problema era a família, que não dava limite, que não estava junto nos deveres de casa.

Então, foram três anos de sofrimento porque não tínhamos o diagnóstico sobre o que ele tinha realmente. Isso gerou um problema familiar, porque o pai achava que tinha que punir e eu achava que não. Com isso, o casamento também vai se esfacelando nessa história toda.

Já na 3ª série, a escola teve uma luz: "Ah, ele tem lateralidade cruzada, então leva para a ortóptica, leva para o otorrino". E daí fez-se um exame de DPAC e ele tinha DPAC. Sim, mas o que é isso? Para onde eu vou? "Ah, leva para o neurologista." E todos os exames são pagos, todas as terapias são pagas.

Após a 3ª série, ele chega já no final fazendo uma pequena redação. O distúrbio dele é leve.

Hoje o Theo, meu filho, é atendido no CAS pela Carla e pela Professora Isabela. Mas ele sofreu muito. Quero registrar o grau de sofrimento, o grau de destruição da autoestima do Theo, é uma coisa impressionante! Teve um momento, já na 4ª série, passando para a 5ª, que eu pensei em tirar ele da escola, eu não tinha mais condições de ver meu filho sofrendo. Você chega à escola e vê o seu filho numa sala, com colega de um lado e do outro, mas ninguém senta perto, porque ninguém quer ficar perto de um menino que não sabe ler, que não sabe de nada, que era o burro. Ele não é chamado para brincar, não faz parte do time de futebol, de nada. Ele saía no pátio chorando, ele chorava todos os dias. A escola, para ele, era um lugar de terror. Com isso, o Theo desenvolveu muitos distúrbios psicológicos, como depressão e síndrome do pânico. Hoje ele toma fluoxetina, toma ritalina; tem todo um aparato para se fortalecer.

Hoje eu considero uma vitória, ele já lê um livro de literatura. E é com grande prazer que ele diz: "Mãe, consegui ler o livro todo". É uma coisa que eu não imaginava que iria ouvir dele. Isso sem pressão, sem nada.

Agradeço o trabalho da Carla e do CAS. O CAS tem que ser fortalecido. Agradeço à Deputada Erika Kokay por essa iniciativa.

Temos de trabalhar com essas crianças, são crianças inteligentes, mas se não houver uma linha de conduta, um caminho para que elas sejam alfabetizadas, elas serão taxadas de "burras", e uma geração irá se perder.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Eliana.

Concedo a palavra à senhora Miriam Mendes Gonçalves, mãe de DPAC e psicanalista.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

SRA. MIRIAM MENDES GONÇALVES - Boa-tarde a todos. Obrigada por este evento. Foi um evento aguardado, esperado por todas nós mães.

A minha filha é a Willa, ela está ali no cantinho. A história da Willa não é diferente de todas essas que os senhores ouviram. Agora, eu tenho uma preocupação muito séria.

Depois de caminhar, fazer uma *via-crúcis* atrás desse diagnóstico, que não é barato, depois de percorrer todos esses profissionais, eu fico pensando naquelas crianças que não tiveram a mesma sorte. Todas essas crianças, que serão adolescentes e adultos, esse resultado vai bater lá na área social, porque elas serão crianças marginalizadas se nós não fizermos nada hoje. Então, vão encher o CAGE, a Papuda, e por aí tudo, porque, quando elas são impedidas - e eu digo são impedidas mesmo - de seguir com uma vida plena, elas precisam se virar de alguma maneira, e isso certamente vai para o lado da marginalização.

Então, eu acho que o que nós estamos fazendo aqui hoje é algo que iremos colher no futuro, e talvez num futuro muito próximo.

Nós ouvimos as notícias de violência nos jornais, crianças de 7, 8, 10 anos já com armas em punho, cometendo homicídios e coisas terríveis, talvez não seja o caso de nossos filhos, de nós que estamos aqui, mas aqueles que estão em regiões mais difíceis, que não têm tantos recursos, provavelmente vão convergir para a violência no DF e assim como um todo para o nosso Brasil.

Essa é a minha preocupação por hoje. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Miriam.

Concedo a palavra ao senhor Edmilson.

SR. EDMILSON DE JESUS MELO - Boa-tarde a todos.

Eu sou o pai do Gustavo. Ando com o Gustavo desde os nove meses de nascido para cima e para baixo. Meu filho tem sido empurrado na Secretaria de Educação, onde se encontra hoje na 5ª série, sem mal saber escrever o nome, numa sala de aula com quase quarenta alunos. Ele pergunta: "Pai por que eu não consigo escrever o que está no quadro? Pai, o colega me chama de burro. Pai, eu não sei, não me leva mais." Diariamente ele está nos questionando, cobrando. E eu tenho andado com ele para cima e para baixo. Saí do emprego para andar com ele e para não abandonar, porque eu já vi caso de criança igual a ele que está na droga, se encontra preso. Por quê? Porque não teve apoio. Simplesmente, vão empurrando, empurrando. A gente questiona na escola: "Ah, o seu filho dá trabalho, o seu filho é isso, o seu filho é aquilo..." Imagine uma criança, numa sala de aula com quarenta alunos, que não sabe escrever o que é passado no quadro. Os colegas ficam jogando piadinha o tempo todo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Graças a Deus que, quando empurraram ele para a 5ª série e chegamos à Escola Classe 120, lá nos questionaram: "Pai, por que o Gustavo está na 5ª série se ele não sabe escrever, não sabe ler?" Eu falei, vieram empurrando. Aí mandaram a gente procurar o CAS.

Agradeço à Carla, porque o que o meu filho não aprendeu em 14 anos, a bem dizer, em 5 meses eu vejo a vitória dele. Imaginem quantas crianças se encontram na escola igual a ele, sem apoio nenhum da família, não vão fazer esses exames. Não vão, porque não têm condições; muitos pais não têm condições nem de comer. Como é que vão fazer uma bateria de exames?

A própria Fundação... Mandam fazer os exames: "Ah, procura a Fundação." Você não consegue fazer um exame de sangue! É um mês para receber o resultado. Como é que você vai fazer uma bateria de exames de uma criança com problema na escola? A família, em geral, questiona a gente: "Por que é que esse menino não aprende a escrever? Esse menino não sabe ler."

Eu fico de mãos amarradas. Não sei por quê. É como eu digo: se ele se encontra nessa posição, e eu tenho corrido atrás, agradeço, torno a falar, agradeço à Carla, que o que ele sabe foi em 5 meses, porque a gente vê o interesse.

Para mim não é fácil eu vir de onde eu moro ao CAS, duas vezes por semana. Não é fácil. Mas para eu ver o resultado, porque eu creio que ainda vou ver meu filho escrever e ler, vale. Não aguento, a mãe não aguenta, o irmão não aguenta. O irmão questiona: "Pai, por que eu já terminei os meus estudos, e o Gustavo não sabe ler e escrever?" A gente não sabe o porquê.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigado, Sr. Edmilson.

Concedo a palavra a Sra. Kátia Danielle de Oliveira Leite, radialista e revisora, e, logo em seguida, ao Sr. Luís Maurício, coordenador do FAPED.

SRA. KÁTIA DANIELLE DE OLIVEIRA LEITE - Boa tarde a todos.

Quero agradecer a presença de todos os pais e a da Deputada Erika Kokay, porque, para mim, tem sido um grande incentivo ver que todos estão empenhados em fazer ouvir o CAS, que é muito importante.

Meu filho é de escola particular; a história não difere das escolas públicas, porque há o desconhecimento total sobre o que é o DPAC.

Os profissionais, hoje em dia, se preocupam em ensinar. Mas como ensinar quando as crianças apresentam algum problema? Criança problema, para eles, é um problemão.

Faço minhas as palavras de outros pais aqui. A mãe, ali, bem disse: quando um filho nosso apresenta um problema, a sociedade não fala que vem também da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

escola e que essa criança pode aprender alguma coisa dentro da escola e ali desenvolver as suas habilidades.

O casamento começa a desmoronar, a cobrança é grande, e a gente também entra em depressão, nós como pais. A gente se frustra ao perceber que um filho da gente não consegue ir além, porque a gente sabe que eles são inteligentes. Duvido que aqui algum pai diga que seu filho não é inteligente, porque sabemos que eles são. Agora, a inteligência, as habilidades dele precisam ser direcionadas. Graças a Deus eu conheci o CAS. Mas falta divulgação desse trabalho que está sendo feito. Por que a Secretaria não reconhece. Precisamos reconhecer o CAS.

Meu filho passou por *bullying* em escola particular. Meu filho é considerado uma criança problemática. Por quê? Ah, é a criança que em sala de aula distrai os demais. Mas nós temos uma sala de aula com poucos alunos? Difícil, não é? É difícil encontrar. É difícil fazer também com que o profissional que acompanha o nosso filho entenda que ele tem uma necessidade e que essa necessidade tem de ser respeitada. Eles não entendem. Eles olham para a criança com DPAC e falam assim: "Mas o seu filho é perfeitamente normal, ele fala, ele acompanha. Que dificuldade essa criança tem?"

E é pior ainda quando é na escola particular porque eles não veem o aluno como aluno, eles veem o aluno como cliente. Quando você vai matricular o seu filho em qualquer instituição particular, eles falam: "Faremos tudo para ajudar." Só que, no decorrer do ano, o seu filho bomba numa matéria, bomba na outra, e assim vai. Aí falam: "Nossa, mas a gente não consegue entender. O que é DPAC? O que é? Ahn?" Ninguém sabe o que é. Falta reconhecimento? Falta sim, gente. Vamos reconhecer.

Meu filho, graças a Deus... Olha, até os 6 anos ele não estava alfabetizado. Depois, vieram diagnósticos imprecisos, exames cada vez mais caros, uma luta que é igual à de todos nós. A minha luta não foi diferente, até eu descobrir o CAS. E eu só descobri que meu filho tinha DPAC porque a Carla me falou.

Eu agradeço a todas as professoras que acompanham meu filho, porque eu descobri o potencial que meu filho tem. Ele é um ótimo produtor de textos. Eu sou ligada à área de educação, eu sou ligada à área da Língua Portuguesa, e ver que meu filho tem uma dificuldade tão grande e que às vezes eu não consigo ajudá-lo me deprime demais! Mas nós precisamos, sim, nos unir, fazer divulgação desse trabalho, que é importante. Nós não podemos encerrar esse trabalho. Precisamos divulgar. Precisamos lutar. E precisamos de apoio, muito apoio. E esse apoio começa no reconhecimento.

Eu agradeço. E, por favor, reconheçam o CAS.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Obrigada, Kátia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

E, por fim, quero passar a palavra ao Luís Maurício, que é coordenador do Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FAPED.

SR. LUÍS MAURÍCIO - Boa tarde. Boa tarde, Deputada Erika Kokay. Mais uma vez, a gente está aqui, e eu, como coordenador do FAPED - Fórum Permanente de Apoio e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência - aqui no Distrito Federal, estou abismado com a situação dessas pessoas, dessas crianças e desses alunos que se encontram com esse distúrbio.

A ausência total do Estado é alarmante. A ausência do Ministério Público, pelo que eu ouvi de alguns pais, é impressionante também, por achar que não tem nenhuma responsabilidade e que não tem nenhuma ação porque a criança não está no quadro de pessoas com deficiência e, por isso, essas pessoas têm de ser tratadas de outra maneira. Vão à Secretaria de Educação e não têm profissionais para atendê-las; vão à Secretaria de Saúde e também não têm atendimento por falta de profissionais; vão ao Ministério Público, que, por não haver esse diagnóstico, diz que, se não está na lei, não é problema deles. E como é que fica?

Pelos relatos que a gente ouviu aqui, eu vejo que esses pais que estão levantando essa bandeira estão representando hoje, aqui, com certeza, milhares e milhares de famílias que há anos sofrem com essa situação, com *bullying* nas escolas... É incrível. Eu estou abismado aqui e acho que tem de ser tomada uma providência, Deputada, com urgência. A Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação têm que dar atendimento, sim, para essas pessoas. Não justifica a gente ficar dessa maneira.

Eu ouvi aqui a professora Mônica dizer que é preciso fazer um estudo de três anos para entender a situação do distúrbio e como se deve tratá-lo. Olha só! Três anos. É a primeira profissional que é especializada em dar um diagnóstico para essas pessoas, e elas estão aqui se agarrando ao CAS - Centro de Atendimento ao Surdo - porque foi o único órgão que deu esse atendimento, que acolheu e em que hoje os pais sabem se a pessoa possui esse distúrbio ou não. O CAS, Centro de Atendimento ao Surdo, recorreu ao atendimento das pessoas com deficiência e fornece esse atendimento a essas pessoas.

Eu fico muito assustado com o sofrimento dessas pessoas durante esse tempo todo. Eu ouvi o relato de um pai aqui dizendo que a pessoa, por falta de entendimento, por falta de conhecimento, ou porque não tem um intelecto suficiente na questão da educação, se transforma num marginal ou vai para outra vida porque não consegue ter um desenvolvimento na escola, é discriminada. Enfim, perde o sentido da vida.

É preciso que haja um entendimento, uma responsabilidade do Governo. Disso a gente não pode abrir mão. Como fórum, como conselho, Fernando Cotta, Michael Platini, nós temos que tomar uma providência sim. Nós temos que cobrar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Deputada Erika Kokay, V.Exa. é a única Deputada que corre atrás dos direitos das pessoas excluídas da nossa sociedade. Eu fico muito preocupado, pois vejo que V.Exa. está em uma nova batalha na Câmara Federal, e nós estamos com medo de ficar órfãos de uma representante legítima dessas pessoas.

Muito obrigado.

Estamos na luta.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Muito obrigada, Luís Maurício.

Concederei a palavra aos representantes do Estado.

Aqui foi dito sobre a necessidade de capacitação de educadores e de adaptação da rede de saúde para diagnóstico. Esse diagnóstico só é feito na iniciativa privada. O SUS não chega ao DPAC, mas tem de chegar. Eu sugeriria inclusive que pudesse ser feita uma reunião, um grupo de trabalho para evidenciar quais providências são necessárias para a Secretaria de Saúde se adequar. É necessário o atendimento nas salas de recurso, o atendimento pedagógico próprio, o reforço do CAS, o que já foi dito.

Acho que tínhamos de fazer um grande trabalho sobre DPAC, publicizar o que é DPAC. Esta audiência pode fazer uma publicação para explicar, para ser distribuída aos educadores, aos profissionais de saúde, tanto a Secretaria de Saúde quanto a Secretaria de Educação podem fazer essa publicidade para tirá-lo da invisibilidade - porque é uma invisibilidade.

Estamos falando de reforçar o CAS, que é o Centro de Atendimento ao Surdo, espaço que tem possibilitado um desenvolvimento grande de meninos e meninas. Em verdade, eles não são surdos, não são considerados surdos e não são considerados pessoas com DPAC, portanto ficam no limbo. Ficam sem qualquer tipo de política para o atendimento, tanto na área de saúde quanto na área de educação.

Temos que definir, dar visibilidade à existência de pessoas com DPAC e concomitantemente trabalhar com políticas públicas. Estamos aqui com a Secretária de Saúde, com o MEC e com a Secretaria de Educação, pontuando esses aspectos onde se incluem as emendas parlamentares. Não há dificuldade na emenda parlamentar, em emendar o Orçamento. Isso acontece por volta do mês de novembro, mas há que se ter exatamente uma política para isso. Vamos fazer emenda parlamentar para o CAS. Nós tivemos uma luta grande para a manutenção do CAS, que acabou saindo do seu espaço, foi para o CIEE, de forma inadequada também.

Isso é um aspecto, mas há outras discussões: temos a questão do diagnóstico, da rede de saúde, o reforço e o trabalho em rede. É inacreditável como o Distrito Federal não trabalha em rede, ele trabalha com políticas estanques. Então, a saúde não dialoga com a educação, que não dialoga com a assistência social, que não dialoga com a Justiça, e por aí vai. Como os direitos são enganchados uns nos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

outros - os direitos humanos não se tiram, não se separam, são indivisíveis e inter-relacionados - e as políticas públicas garantem direitos, elas também são enganchadas umas nas outras. Elas também são inter-relacionadas e indivisíveis. No entanto, tem-se uma dificuldade de diálogo entre as diversas políticas e entre programas de uma mesma política, ou seja, o CAS não se relaciona com outras políticas de dentro da própria Secretaria de Educação. Então, é preciso romper a lógica feudalizada de um Estado feudalizado, onde se acaba tendo uma visão cartesiana e não dialética, o que fere os direitos.

Nós poderemos coordenar aqui, dependendo do valor inclusive - porque o valor das emendas de iniciativa dos Parlamentares é muito pequeno -, mas nós poderemos trabalhá-las no próprio relatório, a partir do relator geral, que deve ser, sempre é, o Presidente da CEOF, Deputado Cristiano Araújo, para que S.Exa. possa emendar a matéria.

Uma emenda não é simples. A emenda de Parlamentar é simples, inclusive eu posso fazê-la, não há nenhuma dificuldade, mas é bom lembrar que ela é muito limitada do ponto de vista financeiro. Cada um dos Parlamentares deve ter por volta de R\$ 4 milhões para 40 emendas. É mais ou menos isso. Varia um pouco, mas é mais ou menos isso. Portanto, é um valor pequeno.

Para emendar o Orçamento, o Relator deve retirar de um lugar e colocar em outro. E isso precisa ser um processo construído. Mas não há nenhuma dificuldade em identificarmos aproximadamente o valor. Se for um valor compatível com as emendas de Parlamentares, nós poderemos fazer sem nenhuma dificuldade. Se não for, podemos estabelecer uma conversa. Nós podemos marcar uma reunião para conversar com o relator geral.

Isso será um pouco mais adiante, porque o Orçamento chegou aqui na Câmara Legislativa no dia 15 de setembro e será aprovado no dia 15 de dezembro. As emendas de Parlamentares a serem efetivadas deverão ser feitas mais ou menos no mês de novembro, mas não há nenhuma dificuldade. É preciso apenas saber para que é destinada a emenda.

Nós iremos trabalhar com emendas para a Secretaria de Saúde. O que isso significa? Emendas para a Secretaria de Educação: para o CAS, para capacitação, é preciso listar isso para que esteja bastante claro. E nós pedimos ajuda da própria Comissão para que ela liste qual é a Secretaria e o que diz a emenda, qual é a sua ação. É preciso que isso fique claro para sabermos qual é o porte, o tamanho dos recursos, pois somente assim saberemos proceder para incluirmos o assunto no Orçamento. Chega de invisibilidade!

Concedo a palavra à Coordenadora da Secretaria de Ensino Especial do MEC, Sra. Marlene Gotti.

SRA. MARLENE GOTTI - Boa-tarde. Agradeço à Deputada Erika Kokay o convite para que o MEC estivesse presente nesta discussão, neste debate. É sempre



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

muito importante podermos observar de perto a nossa comunidade educacional. Gostaria de falar um pouquinho para vocês qual é a função do Ministério em tudo isso para que vocês tenham clareza, porque, muitas vezes, nós nos vemos em uma situação de dificuldade em realizar as ações que as famílias demandam.

Nós temos a Constituição Federal, que prevê atendimento educacional e especializado para pessoas com deficiência. O art. 208 prevê esse atendimento especializado com determinada exclusividade, para determinado tipo de pessoa. E a pessoa com deficiência é definida em lei, porque, senão, qualquer pessoa que não tivesse uma orelha iria dizer que é deficiente. Como tudo demanda orçamento, demanda verba, precisou-se então definir quem são essas pessoas com deficiência que a Constituição Federal está dizendo. Portanto, há definições.

Dentre as pessoas com deficiência, existem as pessoas com surdez. E o que o Ministério da Educação faz? Ele define uma política para atendimento a esse tipo de aluno: como realizar o atendimento educacional especializado, que não pode ser confundido com o atendimento escolar, com a escolarização comum dos alunos, ou seja, a pessoa com deficiência tem direito tanto ao atendimento comum, que os demais estudantes têm - direito à educação infantil, fundamental, média e superior -, e, paralela e complementarmente, tem direito ao atendimento educacional especializado.

Quando a pessoa tem surdez, que é uma das deficiências, tem direito a esse atendimento, porque ela precisa ter acesso ao conhecimento de duas línguas: no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa. Àqueles que tem possibilidade, a Língua Portuguesa oral e escrita, e àqueles que não conseguem, a Língua de Sinais e a Língua Portuguesa escrita. O Ministério colocou essas coisas com mais clareza a partir de 2002. Então, são muito recentes. Em 2002, o Brasil reconheceu que havia a Língua Brasileira de Sinais. Somente em 2005 conseguimos fazer um decreto que regulamentasse essa lei, que dissesse onde formar esse profissional, que dissesse onde seria, quem iria estudar, quem iria se formar, qual escola iria formar. Por isso, enquanto as universidades estavam formando os primeiros professores para o ensino dessas duas línguas, o Ministério apoiou a criação dos centros de apoio aos profissionais da educação e de apoio aos alunos com surdez, Centro de Apoio ao Surdo - CAS.

Então, cada Estado recebeu equipamentos do Ministério da Educação com um objetivo: seria um local de formação continuada de professores. O objetivo primeiro do CAS não é atendimento ao aluno, mas é ser o local em que professores - como a professora Carla - passassem uns para os outros, continuamente, todo saber acumulado. Logicamente, também seria apoio aos alunos com surdez. Então, o CAS pode exercer a função de atendimento aos alunos, principalmente quando essa função não está sendo exercida nas salas de recursos multifuncionais, que é o local próprio para o atendimento educacional especializado para o aluno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Toda escola que tem a matrícula de um aluno com deficiência deve ter também sua sala de recursos. Às vezes o número de matrículas daquela escola é pequeno, daí pode-se somar com alunos de outras escolas, e até com os dos centros de atendimento especializado, como aqui em Brasília é o caso do CEAL. São locais de atendimento especializado. O CEAL não é uma escola regular comum, ele não tem que dar português, matemática, geografia, história, ciência. Ele dá o atendimento especializado.

Alunos com transtornos funcionais específicos são aqueles que a literatura internacional chama de alunos com dificuldades de aprendizagem. Olha, esse nome é tão feio, porque eu acho que esses alunos não têm dificuldades de aprendizagem. O nosso problema é anterior ao aluno, são os professores e a dificuldade do ensino. O que vocês estão falando aqui, o que os pais estão dizendo, remete-nos ao seguinte: a formação inicial de professores não é completa, não é completa. Nenhum professor de Pedagogia, de Letras, de qualquer uma das disciplinas curriculares, sai de lá pronto para qualquer tipo de aluno. A diversidade de alunos dentro de sala de aula é uma coisa incrível. Quando vocês chegam à escola, e os professores não sabem como atender o aluno que tenha determinado transtorno, isso se deve ao fato de aquele professor ter saído inacabado na sua formação. Por isso, os cursos de formação continuada têm de ter essa prioridade. Então, se há projetos na Câmara para apoio a cursos de formação continuada, eles devem existir, porque são professores que já estão na luta com os seus alunos.

Particularmente... Vou contar uma história. No dia em que eu estava me formando em letras, eu disse ao meu coordenador, que iria me entregar o certificado: "Eu não sei dar aula.". Ele pegou o certificado, enrolou-o todo e disse-me: "Isso aqui é um machado, vai que a floresta é sua". Ou seja, o professor é licenciado para dar aula, mas não significa que ele saiba todas as metodologias para todos os alunos. Então, a formação continuada é o que vocês devem exigir. O papel do CAS é de ser o local que propicie essa formação continuada. Em todos os lugares, as diferentes regiões administrativas devem ter grupos de professores que possam estudar sobre esse assunto.

Agora, nós temos um documento no MEC que se chama Política Nacional de Educação Especial na Educação Básica, política nacional de educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva. O que a educação especial fez? Ela tem de delimitar o seu campo de ação. E estão delimitados os casos mais graves, como alunos com deficiência. Um aluno surdo, para aprender português, oral ou escrito, não leva um ano ou dois, nem cinco meses. Leva anos. Alunos surdos chegam a concluir uma faculdade e seu português ainda traz as marcas da surdez, da sua fragilidade. É um aluno que demanda longo atendimento especializado, e a educação especial não consegue atender a diversidade de casos que vão surgindo. Foi preciso delimitar quais alunos ela atende. Nesta política de educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, há um documento do Ministério da Educação que diz que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

o professor de educação especial trabalhará em conjunto com o professor do ensino regular no atendimento aos transtornos funcionais específicos. Nesse caso, esse tipo de aluno pode ser apoiado por um professor de educação especial na parceria com o professor da escola regular comum que o aluno frequenta. Temos de ter muito cuidado quando começamos a fazer defesa de alunos e colocamos uma sigla, porque esse aluno pode levar na testa um rótulo. Isso é perigoso, porque diversidade de aluno sempre existirá. Quando começamos a criar categorias de alunos, eles começam a levar nomes, o que pode prejudicá-los. As escolas podem começar a dizer que alunos com determinados tipos de diversidade não são atendidos. Escola nenhuma pode negar matrícula a nenhum aluno alegando nenhum motivo, nenhuma diferença deles.

Alguém quis saber aqui como fazer para conseguir o diagnóstico e o atendimento da área de saúde para que haja a colaboração dos professores para a continuidade do estudo. A LDB é a lei que rege a educação no País. Ela proíbe a contratação de profissionais da saúde. Ou seja, não pode haver um concurso público para fonoaudiólogos na Secretaria de Educação, tem de haver concurso público para fonoaudiólogo na Secretaria de Saúde, mas a lei também prevê as políticas públicas intersetoriais. Precisamos conjugar programas em que a Secretaria de Educação discuta com a Secretaria de Saúde para demandar os serviços e dizer onde eles serão efetivados.

Quero lembrar que as políticas públicas são longas. As próprias pessoas com deficiência conseguiram, somente em 2009, que a Constituição Federal incluísse a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, feita pela ONU. Eles pedem exatamente o contrário: que eles estejam em todos os atendimentos comuns de aprendizagem. É lá que seus filhos devem estudar. Não é em uma escola especial.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Marlene, o que estamos discutindo aqui é que o aluno diagnosticado com DPAC não é surdo e está sendo impedido de continuar com atendimento...

SRA. MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Apenas um esclarecimento. Em hora alguma dissemos que o aluno é deficiente. Não seria essa questão. O que estamos discutindo é que a inclusão hoje é ineficiente com relação às necessidades desse aluno. É a questão que estamos discutindo aqui. Seria basicamente nesse sentido. Quando se coloca que o serviço do CAS é a formação de profissionais, isso é perfeito teoricamente, mas se não tivéssemos tido o trabalho que a Carla fez, essas crianças continuariam no limbo. Não estaríamos discutindo aqui essa questão.

SRA. MARLENE GOTTI - Eu acho que não me fiz entender. Eu disse que a prioridade do CAS é a formação. Eu não digo que ela não pode atender. Agora o que se deveria fazer é pedir que essa professora que faz tão bem seu trabalho possa multiplicar essa ação nas demais regionais, para que um pai não precise sair de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Sobradinho e ir ao Plano Piloto para o aluno ser atendido. Que o CAS dê a essa professora a chance de ela se tornar uma multiplicadora da forma como atende. Que isso não seja para professores da educação especial, mas para professores da escola regular, a quem cabe organizar esse tipo de atendimento. Eles têm de ter o direito à sala de apoio, à complementação em contraturno, mas não por professores da educação especial, porque esses professores não estão dando conta da própria tarefa.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Você gostaria de falar mais alguma coisa, Mônica?

SRA. MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Eu só queria complementar essa situação. Nesse sentido, a formação do professor regular não resolve. A criança precisa do psicopedagogo, ela tem de ser reabilitada. Isso não faz parte do trabalho do professor, faz parte do trabalho do psicopedagogo.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Na verdade, estamos discutindo aqui o empoderamento e o fortalecimento do CAS, que tem sido tratado de uma forma muito... O CAS funcionava num espaço, saiu do espaço, foi para o CIEE, foi bem acolhido pela direção do CIEE, mas foi colocado em algum lugar. Então, é preciso dar um suporte. Quando falamos de fonoaudiólogo, falamos também da integração com a saúde, porque não tem suporte, não tem rede, o educador não dá conta de tudo. O educador, muitas vezes, está virando assistente social, psicólogo, pai, mãe, uma porção de coisas. Ele é educador.

Objetivamente, nós queremos, nesse momento, assegurar que esses meninos tenham um atendimento. E o melhor atendimento constatado pelo conjunto dos pais - corrijam-me se eu estiver errada - é o CAS, que tem promovido mudanças e avanços concretos. Apesar de eles não serem crianças surdas, o CAS tem atendido adequadamente. Queremos assegurar que esses meninos continuem tendo atendimento no CAS além da formação continuada e que o CAS tenha suporte para este tipo de atendimento, que não é apenas o educador. Você tem de ter o psicopedagogo, enfim, tem de ter um suporte para o atendimento desses meninos. É o que queremos assegurar.

Vou passar a palavra à Sra. Erilda Oliveira Gutierrez.

SRA. ERILDA OLIVEIRA GUTIERREZ - Eu gostei das últimas declarações da professora quando ela foi questionada.

Na verdade, quando não conseguimos definir o que o nosso filho é, fica complicado na Secretaria de Educação. Também trabalho com meninos do ensino especial e sei da dificuldade.

O Gustavo, que foi citado aqui, é aluno da minha escola. É complicado. Estou lá com esse menino, vejo a luta dele, mas não posso ajudá-lo. Tenho uma sala de recursos, atendo os meus alunos surdos e fico angustiada, porque não posso ajudar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

o Gustavo, por exemplo. Isso é uma coisa complicada para mim como profissional e também como mãe. Muitas vezes, olho o Gustavo como aluno, mas também o olho como mãe, porque vejo nele o meu filho. Vejo que o meu filho pode estar na mesma situação que esse menino está. Isso me causa certa angústia. Eu fico intrigada como vai se dar isto: um menino está numa escola que tem uma sala de recursos, mas ele não pode ser atendido porque ele é DPAC. Então, o meu filho pode estar na situação dele. Foi o que aconteceu. Meu filho está numa escola que presta atendimento para surdos, tem sala de recursos, só que a escola ficou sensibilizada e deu um jeito de criar um espaço como essa sala de apoio.

A ideia é que eles tenham uma definição, que se crie uma definição, porque o grupo é muito grande. DDH é um grupo grande. Eles existem, eles têm as dificuldades, eles precisam dessa sala de apoio, eles precisam de um profissional realmente capacitado para atendê-los. Então, que se crie isso, mas que eles não fiquem com essa conversa de "não sei o que ele é", "não sei o que vai dar" e não criem uma situação difícil colocando no decreto a expressão "se houver vaga". Esse "se houver vaga" deixa um pai e uma mãe sem saber do futuro do seu filho. Que situação é essa? Não existe isso. O meu filho tem de saber que ele vai ter direito a alguma coisa. Ele tem uma dificuldade sim, ele tem uma necessidade especial.

Meu filho foi para essa escola, foi para o CAS e foi bem atendido tanto no CAS quanto nessa escola que criou uma circunstância diferenciada. Mas por que nessa escola? Então, eu tenho situações em que os surdos são atendidos, os deficientes são atendidos, mas existe a possibilidade sim de a Secretaria de Educação e do MEC fazerem com que haja salas de apoio com profissionais que atendam esses meninos. Não interessa para mim, como mãe, a nomenclatura que vai se dar, porque eu não me preocupo em dizer que o meu filho é deficiente, que ele é isso, que ele é aquilo. Eu não estou preocupada com isso. Estou preocupada com que o meu filho tenha atendimento e tenha sucesso.

O que eu acho que os pais não querem mais é ficar sofrendo aquela angústia que passam por não ter uma vida normal, por seu filho não ter uma vida normal. Eu só pude ter uma vida normal quando meu filho foi para o CAS. Então, passamos a ter feriado, férias, descanso, sábado, domingo.

O CAS fez a diferença? Fez. Então, tudo bem, a ideia é: vamos tornar a Carla multiplicadora. Vamos fazer isso. Então, por exemplo, como tem para os surdos a escola que é central, que tenha também para os DPACs uma escola que é a escola de apoio, que é a escola centralizada. A Secretaria de Educação tem condições de fazer isso, de colocar esses meninos, como acontece hoje, porque já existe esse atendimento, ele já existe. O meu filho está no CEF 7 de Ceilândia. Ele já é atendido precariamente, mas não precisa ser precariamente nem precisa ser uma coisa como se fosse um favor. Tem que ser uma coisa que ele tem como direito e que seja bem feita, porque inclusive a EAP já deu curso para muitos profissionais. Na escola em que ele está, tanto professores como a Diretora e a Vice-Diretora fizeram curso. As



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

itinerantes também fizeram curso sobre o DPAC, inclusive com a Carla. Então, há essa possibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Antes de passar a palavra para a Secretaria de Educação, vou falar de um pleito. Nós estamos solicitando que esta circular especificamente, que é de maio de 2010, possa ser sobrestada na sua aplicação e não atinja a estratégia de matrícula, para que possamos fazer um processo de discussão. Vou dizer o que diz a circular.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Deputada, eu quero só explicar uma coisa, porque, às vezes, é muito difícil para quem está na gerência das coisas.

Alunos de atendimento educacional especializado pela educação especial, os que são atendidos em salas de recursos, eles recebem recursos do FUNDEB, eles são contados duplamente, eles têm uma matrícula na escola regular comum e uma matrícula no atendimento especializado. Então, a lei determina quem, porque, se deixar aberto... Eu sei das dificuldades. O problema então é modificar quem são os alunos que podem ter atendimento.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Sim, claro. Esse é o nosso pleito.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Porque senão tem que mexer até na Constituição. O problema não é simples, as coisas não são tão simples assim. Então, nós temos que dizer quem são, porque não é só atendimento ao aluno.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Eu vou ler a circular, que é a questão mais emergencial.

Aqui diz: "Essa gerência reitera que o Decreto nº 5.296, de 2004, prevê que o Distúrbio de Processamento Auditivo Central - DPAC - não é considerado uma deficiência. Desta feita, o estudante com esse tipo de distúrbio deverá ser registrado no sistema de gestão escolar como estudante de ensino regular. Desta forma, nenhum estudante com DPAC deverá ser matriculado em classes denominadas unidades especiais, cuja finalidade é o atendimento exclusivo de estudantes com deficiência auditiva. Entretanto, sugere-se que o estudante com DPAC frequente classe de educação bilíngue. Isso porque é comprovado o ganho pedagógico a esse estudante nas situações em que ele recebe o atendimento educacional especificado ofertado ao estudante deficiente auditivo em ambiente inclusivo, bem como este estudante, caso haja vaga, poderá receber também atendimento em sala de recurso. Caso não seja possível a matrícula do estudante DPAC em classe de educação bilíngue, que é o caso do CAS, orienta-se que as instituições educacionais matriculem esse estudante em turma que seja reduzida em decorrência da presença de outros estudantes com deficiência, de acordo com a estratégia de matrícula." Foi assinado pela Subsecretária de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional.

O que eu quero dizer com isso aqui? Essa circular, para mim, tem uma incoerência grande, porque ela diz que não é uma deficiência - nós estamos de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

acordo, não é uma deficiência -, mas depois ela diz que é importante que ele tenha acesso a uma educação bilíngue, porque isso tem tido resultados. Só que ele vai entrar na medida em que haja vagas, não é um direito assegurado.

Então, o que nós gostaríamos de fazer, representante da Secretaria de Educação, Sra. Valdicéia? O que nós gostaríamos de tirar desta Comissão Geral? Que nós pudéssemos suspender a aplicação dessa circular. Nós estamos em véspera de estratégia de matrícula. Encerra-se neste mês de outubro, se não me engano. Já estão fechadas, não é? Então, que nós pudéssemos suspender a aplicação dessa circular para fazermos uma discussão, porque não pode ficar no limbo uma pessoa com DPAC. A circular diz que ela não é considerada deficiente, portanto ela não tem direito, mas, como é muito bom para ela, se houver vaga, nós permitiremos que aconteça.

Então, é uma circular muito cruel, porque, como não há o direito assegurado, a Secretaria de Educação não se adapta para possibilitar que os meninos e as meninas com DPAC possam ter o melhor atendimento. Ela reconhece que esse é o melhor atendimento, mas não dá o direito, a não ser que haja possibilidade que isso aconteça. É cruel demais! Porque, se ela dissesse que não é pessoa com deficiência, pronto, seria a letra fria da lei, provocando muita dor, mas seria a letra fria da lei. Mas ela diz que não é pessoa com deficiência, e que nós reconhecemos que há bons resultados, por isso nós possibilitamos que entre. Mas não dá condições de ser assegurado o direito. Então, fica cruel demais.

Por isso, Valdicéia, é que nós gostaríamos de suspender - não precisa revogar - a aplicação dessa circular, para que nós possamos discutir o que se faz, porque há os meninos. Os meninos estão aí. São pessoas que têm direitos e que precisam ter os seus direitos assegurados.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Deputada, deveria, então, constar na estratégia de matrícula como documento anual.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Nós já fizemos uma vez aqui, na época da diretora Leila, do Plano Piloto. Nós já conseguimos fechar uma estratégia de matrícula, reabrir uma estratégia de matrícula para considerar deficiência. Não se pode simplesmente dizer: "Olhe, já foi fechada a estratégia de matrícula. Ela é extremamente nociva para os nossos meninos, mas já foi fechada." Não. O que nós conseguimos, à época, foi reabrir a estratégia de matrícula porque se comprovou que havia deficiências nela. Então, nós reabrimos porque o direito está acima dos prazos e da cronologia. Está acima, inclusive, da lei. O direito está acima disso. A lei tem que se adaptar para que o direito seja efetivado.

Então, a nossa sugestão é que se reabra, se estiver fechada, a estratégia de matrícula, que se suspenda a aplicação dessa circular e que se inicie um processo de discussão, junto com a Secretaria de Saúde, com a Secretaria de Educação, para vermos qual é o melhor atendimento, porque é esse o princípio fundante. O princípio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

fundante da Constituição é este: não discriminar ninguém, possibilitar que todos tenham acesso à política pública. Esse é o princípio fundante. Então, nós temos que nos basear, ao meu ver, no princípio fundante.

Mas eu não vou falar mais, não. Vou passar a palavra para a Sra. Valdicéia Tavares dos Santos, Chefe do Núcleo de Apoio ao Estudante com Deficiência Sensorial, que aqui representa o Secretário de Educação.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Boa-tarde.

Quando essa circular saiu da nossa Subsecretaria, veio em função de um estudante com laudo de DPAC fechado e com indicação para frequentar uma unidade especial, que é uma classe prevista apenas para estudantes surdos, o que nos deixou muito preocupados, porque, conforme a professora Marlene já pronunciou aqui, hoje as nossas políticas de inclusão são para que nenhum estudante surdo frequente uma unidade especial, uma classe composta apenas por estudantes com deficiência.

A nossa preocupação naquele momento foi também no sentido de que, nessas classes, é adotada outra língua. A primeira língua proposta nessas classes de unidade especial é a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. E aí, nós nos preocupávamos porque, como foi explicado aqui muito bem pelas colegas, o DPAC é uma situação muito nova que tem surgido na educação e fechado tantos laudos. A nossa preocupação naquele momento era que importância teria estudar em uma sala onde a língua de instrução primeira era a LIBRAS e o que de positivo isso iria trazer para o estudante com DPAC. Que impacto isso iria nos trazer? E que cobranças teríamos dessas famílias e desses estudantes, uma vez que é estimulado nessas classes o uso de LIBRAS como primeira língua, e não como segunda?

Então, foi nesse sentido que surgiu essa circular, uma vez que, até então, nós não tínhamos o quantitativo de alunos atendidos na rede, se esses alunos estavam ou não nas unidades especiais ou em que classes estavam.

Antes de esse documento sair, nós fizemos uma consultoria com a professora Carla, para verificarmos o que é melhor hoje, o que tem sido dado e ofertado de melhor a esse estudante com DPAC e que tem trazido resultados. Quando conversávamos com a professora Carla, nos foi orientado que hoje o que temos ofertado e que tem dado resultado ao estudante com DPAC é o atendimento no CAS, no contraturno. O que estamos oferecendo é esse aluno estudar na classe de educação bilíngue.

Eu estou repetindo essas coisas para deixar claro para algumas pessoas que talvez não sejam da área e não tenham muito conhecimento de como funciona cada uma dessas classes. Então, talvez eu seja um pouco redundante para quem já conhece.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

A classe de educação bilíngue é composta por estudantes com surdez e estudantes do ensino regular. Estudantes a quem chamamos ouvintes, porque são pessoas que ouvem e que são do ensino regular. Esses estudantes recebem nessas classes o atendimento em português e também têm acesso à Língua Brasileira de Sinais, uma vez que o professor adota essa língua para os estudantes com surdez.

Tendo em vista que nessas classes a LIBRAS não é adotada como primeira língua, isso não poderia prejudicar de forma alguma o estudante DPAC, uma vez que ele é um aluno que tem dificuldade no processamento auditivo central. Talvez esse estímulo muito grande pela LIBRAS pudesse até causar um prejuízo, como eu falei, nas unidades. Nessas classes, não. Ele entra como aluno do ensino regular, porque ele é um aluno do ensino regular, e se beneficia, uma vez que está em uma classe em que a pedagogia visual é adotada no atendimento a esses estudantes. Nessas classes essa é uma prática. O professor utiliza muito recurso visual e isso acaba beneficiando não só os surdos, como os outros estudantes que têm TDAH, que têm DPAC.

Na verdade, é aquilo que a Vanuza falou: precisamos fazer uma mudança muito mais ampla em termos de políticas educacionais. Sobre essa questão do quantitativo de alunos, precisamos mexer em todos, para os alunos do ensino do ensino regular também. Uma classe com quarenta meninos também é muito! Então, muitas coisas precisamos repensar, não só na questão do DPAC, mas na questão da educação de um modo geral.

Eu acho interessante esse momento, Deputada Erika Kokay, até para estarmos discutindo. Como V.Exa. falou muito bem, não temos a prática aqui no Distrito Federal de ter essas discussões com outras Secretarias. As coisas são estanques: Secretaria de Educação faz isso, Secretaria de Saúde faz aquilo, e acabamos não amarrando muita coisa. São interessantes esses momentos até para podermos amarrar isso enquanto política pública.

Quando definimos isso foi no sentido de que o aluno não frequentasse unidades especiais. Quando a gente colocou "quando não for possível a matrícula do aluno DPAC nessas turmas", não foi porque não vai ser garantida a vaga, mas sim porque existem regionais em que não temos classes de educação bilíngue, existem regionais ou escolas que são próximas da casa do aluno DPAC em que não há surdos. Então, não há a classe de educação bilíngue. Ao menos esse aluno se beneficiaria de uma política em que a classe tem um quantitativo menor.

Depois, conversando com a professora Carla mais à frente - porque continuamos caminhando juntas -, ela disse: "Val, agora a gente tem uma dificuldade, o aluno TDAH e o aluno DPAC não devem estar na mesma classe, uma vez que o aluno TDAH é um aluno muito agitado e o comportamento dele tem prejudicado os alunos DPAC". O que estamos fazendo é discutindo e repensando,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

porque, como foi falado aqui, essa é uma situação muito nova. Então, se isso não deu certo, vamos repensar.

Para a estratégia de 2011 está previsto que o estudante DPAC não frequentará classes em que está previsto também alunos já com diagnóstico fechado de TDAH. Apesar de que isso cria outra via, a de estarmos criando as caixinhas e as separando. Mas, enfim, essa é outra questão.

Como a professora Marlene falou, não poderíamos naquele momento dar garantias. Na verdade esse documento veio para escrever o que já existia em muitas regionais. A Regional de Ceilândia já fazia esse atendimento, os meninos já eram atendidos em salas de recursos, já frequentavam classes de educação bilíngue, só que não havia isso escrito. Passou a haver isso escrito, e essas escolas deixaram de ter problema em colocar esses alunos nesses atendimentos.

Então, assim, na verdade, ele veio dessa forma. A estratégia de matrícula eu não sei, Deputada Erika Kokay, qual a possibilidade, uma vez que a informação que eu tive hoje pela manhã é de que já estava para publicação. Então, eu não sei qual a possibilidade. E uma questão que...

SRA. MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Estamos num processo de discussão com a Comissão Paritária. Até a semana passada ainda estava marcada uma reunião para esta semana, a Comissão Paritária simples e a Secretaria de Educação.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Bom, então, melhor, se for assim melhor. Mas eu queria posicionar para vocês esse diálogo que a gente vem mantendo. Na verdade, foi colocado aqui também muito bem pela colega Vanuza essa questão de que muitas vezes a gente não dialoga e acaba que as coisas não são previstas, não é?

Este ano tem sido um ano muito complicado para quem está na educação e para quem está na saúde em todas as áreas aqui no Distrito Federal, diante de toda a situação política. Para todo o cidadão que vive aqui no Distrito Federal, sabemos que tem sido um ano de muitas mudanças. Em função disso - eu não estou justificando, a gente tem mais é que continuar essa luta e essa discussão mesmo -, a gente previu algumas coisas na estratégia de matrícula num primeiro momento. Existia uma equipe que tinha um pensamento que politicamente tinha uma visão e um entendimento. Como a professora Marlene bem falou, havia também a questão mesmo de a gente prever, estar dentro da questão da educação especial, para o aluno da educação especial, por uma série de outras questões. Então, muitas discussões aconteceram nessa estratégia, não só com relação ao DPAC, em relação a outros, mas especificamente sobre essa questão. Alguma parte do texto foi colocada, foi retirada. Foi colocada e foi retirada, até porque as equipes mudaram no mínimo três vezes durante o processo de tramitação da estratégia de matrícula.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

O CAS, gente, é um centro de pesquisa, um centro de discussão. Como a professora Marlene falou, é um local que vai proporcionar a formação dos professores. Mas, para proporcionar essa formação, eles têm de estar o tempo todo pesquisando e discutindo. Então, hoje, o DPAC é o carro-chefe das nossas pesquisas do CAS aqui no Distrito Federal. Então, não temos interesse nenhum em estar retirando esse atendimento do estudante com DPAC do CAS. E também, hoje, e já há alguns dias, eu venho ouvindo que a gente precisa fortalecer as nossas escolas, a gente precisa fortalecer, sim, a educação, mas a gente precisa fortalecer o CAS. Mas eu gostaria de dizer que vocês tiveram uma reunião onde uma promotora se posicionou dizendo que o CAS ia acabar.

É importante a gente verificar de onde surgiu essa informação. Enquanto Secretaria de Educação, enquanto chefe do núcleo que responde pelo atendimento ao estudante com deficiência sensorial, eu garanto a vocês que não saiu nada nesse sentido de dentro da Secretaria. O que a gente vem buscando é exatamente o contrário, é restituir espaço, é restituir profissionais, não no sentido de acabar. É importante até que a gente busque essa informação, quem foi essa pessoa, de onde surgiu essa informação.

Deputada Erika Kokay, peço licença, pois, como surgiu um documento, o meu tempo esgotou, mas ainda há algumas considerações que eu gostaria de pedir para falar.

Hoje o CAS atende a sessenta alunos com DPAC, há esses outros que a gente precisa dar atendimento. No início, a gente assumiu lá na Secretaria em fevereiro e quando foi no início, pouco antes do início do segundo semestre a gente procurou a professora Carla para que ela ,neste semestre, ofertasse um curso para os nossos profissionais, tanto para as equipes quanto para os profissionais de sala de aula do ensino regular, para que eles soubessem como atingir esses alunos. E eu me lembro que na conversa ela, muito apaixonada por esses alunos que estão sendo atendidos, não quis, neste semestre, abrir mão de atender esses meninos para ofertar cursos, mas é uma coisa que a gente já vem prevendo e a gente já vem discutindo, não é Carla? Para o início do ano que vem a gente já tem fechado um curso de formação.

Agora, quem é hoje a pessoa mais preparada dentro da Secretaria como pesquisadora para dar esse curso? Hoje é a professora Carla, que já deu esse curso em outro momento. Este ano ela não se sentiu à vontade, uma vez que a lista de espera do CAS era muito grande, a necessidade desses alunos era muito grande e para atender a demanda de um curso em dois turnos ela necessitaria de no mínimo três turnos, porque não é só, como ela falava para mim: "Val não é só ir lá dar o curso. Eu tenho que ter mais tempo para preparar". E, além dos atendimentos, eu faço atendimento às escolas, aos professores, aos diretores, às famílias. Então, nesse semestre eu não acho viável. Mas a gente já fechou para o próximo semestre, junto com a Linair, que é a coordenadora do CAS, e a professora Carla para que ela possa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

dar esse curso para o ano de 2011, desde o primeiro semestre, junto à EAB, que foi uma das coisas solicitadas.

As turmas precisam ser reduzidas. A gente precisa estar discutindo isso, como a Vanuza falou, e eu não sei qual a possibilidade. Hoje, antes de eu sair da Secretaria de Educação, o que me foi passado foi que a estratégia já estava em vias de publicação. Mas que a gente poderia, sim, sair com um documento especificando qual o atendimento do DPAC. De qualquer forma, isso é uma coisa que podemos ver direitinho.

Para o início do ano essa capacitação dos professores, a questão da fonoaudiologia realmente é do nosso interesse estar discutindo junto à Secretaria de Saúde, como a professora Marlene falou. Mas não ter fono na rede, que não é uma coisa que está prevista. É exatamente quanto a essa questão desse documento que a gente falou que ele não veio no sentido... E até lendo o documento ele não mandou retirar quem estava no atendimento, mas normatizou um atendimento que era dessa forma que acontecia. Nada impede que a gente reveja o documento e mande um que deixe as coisas mais claras. Mas, na verdade, ele surgiu dessa forma. Inclusive, posicionando a questão da importância do CAS e desse atendimento do estudante DPAC, é importante, também, uma vez que o CAS hoje não atende apenas escola pública.

Mas, às vezes, é preciso que a gente observe os pontos positivos, a riqueza que temos dentro da nossa Secretaria. A gente fala que está difícil, a gente sabe das necessidades e a gente precisa, sim, avançar, enquanto profissional. Mas hoje o atendimento tem sido estendido, inclusive, para alunos da rede particular. Lógico, são cidadãos, isso não importa. E é por força de lei que eles são atendidos lá. Mas é importante a gente ter também esse reconhecimento. O CAS hoje tem atendido alunos da rede e alunos da rede particular. E é importante também a gente trazer - acredito, Mônica, numa próxima discussão - também representantes das escolas particulares. É importante também que eles tomem posse e se apropriem melhor dessa questão da educação especial e do DPAC e de tantos outros transtornos, e tomem posse de um aluno cujo pai está pagando - e é caro que ele seja mantido lá. Então é importante, também, que essas pessoas estejam na roda de discussão.

Enfim, que a gente possa caminhar nesse sentido. Conversei hoje com o professor Sinval antes de vir, porque a gente vem acompanhando esse trabalho do DPAC, junto com a professora Carla, com a professora Linair, com as outras colegas que atuam lá. Às vezes elas nos passam um depoimento, a gente vê a situação de algum aluno, o avanço desses alunos. E é garantido, sim, para o ano que vem, o atendimento no CAS continuar. Mas é importante também essa formação para que esses professores das outras regionais possam de fato conseguir atender com qualidade esses alunos, porque nós temos muitos pais que trabalham e não têm condições, tempo para trazer os meninos para o atendimento no CAS. Então, é importante a gente fortalecer as regionais para oferecer esse atendimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Enfim, só para a gente tentar fechar, há possibilidade de sobrestar essa circular? A gente senta e faz uma discussão com a... Pode ser?

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Sim, sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Então, a gente já podia marcar para sentar e fazer uma discussão...

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Sim podemos fechar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - ... junto com o CAS. A Secretaria de Saúde vai falar também. Eu me sinto tão segura por estar ao lado de um cardiologista, porque há seis meses sofri um infarto.

A Secretaria de Saúde também pode participar para dar esse apoio, com a presença do CAS, dos pais, do Conselho. Enfim, praticamente os que estão aqui à Mesa. Quando é que poderia ser essa reunião, Valdicéia?

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Nestes dias, a gente não está fazendo atividade externa porque a minha agenda está livre. Estamos com mudança na chefia esta semana.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Então, poderíamos já sair dessa Comissão Geral com a reunião marcada, com a participação também da Secretaria de Saúde, do CAS, do Conselho de Ensino, para sentarmos e tentarmos ver isso.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - O único dia em que não temos disponibilidade é 21 de outubro.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Nós queremos fazer isso mais rapidamente.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Sim, esse é o único dia que a gente não tem disponível.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Vou passar a palavra para o nosso representante da Secretaria de Saúde, que é o Subsecretário de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Dr. José Carlos Quinaglia. É um prazer tê-lo aqui!

SR. JOSÉ CARLOS QUINAGLIA - Boa noite, Deputada Erika Kokay; boa noite, diferentes representantes de segmentos da sociedade que representam, aqui, alunos com DPAC; boa noite, pais e mães de alunos com DPAC.

Saio daqui, hoje, sensibilizado com essa situação, como gestor público, como médico e como pai, também, de três filhos. Fiquei sensibilizado por tomar conhecimento do assunto. Sou sincero com vocês: a Secretaria de Saúde não tem nenhuma política direcionada aos alunos com DPAC. Então, é preciso que haja, realmente, o estabelecimento de um canal entre o CAS, os demais representantes e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

a Secretaria de Saúde, para que os alunos sejam atendidos. Parece-me que o momento mais importante na vida do aluno com DPAC é quando ele sabe que tem DPAC. Então, é preciso saber diagnósticos diferenciais de DPAC. É preciso afastar outros tipos de diagnóstico, e, aí, entendemos que é preciso que haja um atendimento multidisciplinar inicial para que o diagnóstico seja feito com fonoaudiólogo, com psicólogo, com psiquiatra, com pediatra, com pedagogo. É preciso que, a partir do momento em que o aluno seja diagnosticado, ele tenha toda a atenção possível para que não sofra aquilo que foi relatado aqui, hoje, de uma forma até certo ponto dramática: *bullying*, frustrações e situações de sofrimento real. A partir desse primeiro diagnóstico, é preciso que haja assistência, acompanhamento.

Temos que estar preparados, na área de saúde, para dar esse suporte. Estamos, no momento atual, revendo o modelo de atenção à saúde, no Distrito Federal. Então, é um momento muito oportuno para incluir, nesse novo modelo, a atenção ao paciente com DPAC. Acho que essa é uma política de saúde que se pretende passar para o governo que está entrando, a fim de que ela possa contemplar os alunos com DPAC. É preciso, socialmente falando, que o SUS dê acesso a esses alunos de uma forma integral, de uma forma que eles tenham diagnóstico e exames suficientes para serem acompanhados e tratados.

Estamos à disposição, na Secretaria de Saúde, para recebê-los qualquer dia. Basta que consigamos conciliar as nossas agendas, para podermos abrir esse canal de comunicação. Em um primeiro momento, acredito que o nosso COMPP, Centro de Orientação Médica e Psicopedagógica, poderia ser o caminho inicial para podermos atender esses alunos e, a partir daí, darmos o suporte que for possível e necessário.

Agradeço também à Deputada o convite feito à Secretaria de Saúde. Vamos colaborar, juntamente com todos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - O que podemos tentar tirar desta Comissão Geral?

O senhor falou do COMPP. Tenho o maior respeito pelo COMPP, acho que ele tem excelência no seu atendimento, mas não atende à demanda, não tem nem noção da demanda reprimida. As pessoas esperam 2, 3 anos para serem atendidas; às vezes, 5 anos, mas acabam desistindo. São vencidas pelo desalento.

Pelo que entendo, quanto mais rápido o atendimento do menino e da menina com DPAC, mais eles se recuperam. Em determinado momento, fica mais complicado que eles tenham escolaridade, nível de aprendizagem; fica mais difícil a superação. Quanto mais rápido, melhor - aliás, como em quase tudo. Quanto mais rápido o diagnóstico e mais rápido o atendimento com esse diagnóstico, mais temos condições de que o menino ou a menina venha a superar as suas dificuldades.

Passarei a palavra para a Mônica, a fim de que ela também fale a respeito, pois acho que podemos nos reunir na sexta-feira e, se pudermos, deveríamos contar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

também com a Secretaria de Saúde para resolvermos o problema do diagnóstico. Na minha avaliação, não adianta levar para o COMPP. Carrego um respeito imenso pelo COMPP, lutamos muito para o COMPP sair do local em que ele estava e estamos lutando para que ele vá para outro local, maior, onde possa atender melhor. Estamos lutando, também, para que ele seja descentralizado. Mesmo que, no início, tenha equipes matriciais, esperamos que ele tenha atendimento em todas as cidades.

SR. JOSÉ CARLOS QUINAGLIA - A Secretaria de Saúde está implantando algo que deveria ter sido implantado há muito tempo, que é a regulação do acesso. A regulação do acesso é feita a partir do protocolo clínico. A partir do momento em que se estabelece o protocolo clínico de diagnóstico da criança com DPAC, ela terá um grau de prioridade dentro da Central de Regulação de Consultas e Acesso à Saúde. Isso, acho que pode ser estabelecido com bastantes critérios.

SRA. CARLA SILVA - Deputada Erika Kokay, quero registrar que o COMPP, quando recebe a criança com diagnóstico de DPAC, encaminha essa criança para o CAS.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - O que nós queremos... Enfim. Dr. Quinaglia, precisamos saber se há uma perspectiva de fecharmos o diagnóstico no COMPP ou se vamos fazê-lo na rede. Mas é preciso fazê-lo. A forma como isso será feito sairá de uma discussão. O meu temor com relação ao COMPP é que ele tem uma demanda muito grande, uma demanda reprimida incalculável. Ele acolhe, mas depois não dá o procedimento por absoluta dificuldade das condições que são oferecidas. Porém, é excelência em qualidade. Quem está no COMPP, quem é atendido pelo COMPP tem uma avaliação... E nós também fizemos relatório sobre isso e temos uma avaliação muito positiva do COMPP.

Mas não vamos discutir isso agora. Precisamos buscar uma forma de a Secretaria de Saúde fazer o diagnóstico e entrar em um diálogo com a Secretaria de Educação. Portanto, sugiro que façamos uma reunião com representantes da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Educação, que tem alguma urgência com relação a essa circular, visto que a mesma gerou muita apreensão e muito temor por parte das famílias das crianças que têm DPAC. Sugiro que essa reunião aconteça sexta-feira, com a participação dos membros que hoje compõem esta Mesa, para que trabalhem a questão da circular, especificamente, a fim de superarmos essa questão, e também para trabalharmos a questão da Secretaria de Saúde do ponto de vista do diagnóstico, se será feito pelo COMPP, pela rede, enfim. Temos de dialogar para chegar à melhor forma.

SRA. VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Vejo que a questão da saúde não seria só o fechamento do diagnóstico. Alguns atendimentos para o estudante DPAC têm de ser feitos pelo fono. É importante prevermos também o atendimento pela rede.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Seria o diagnóstico e o atendimento em alguns casos, o que pode ser feito fora do COMPP. Se houver condições de se fazer no COMPP, será fenomenal, muito bom, porque o COMPP é muito bom. Mas o temor é esse. Quem aqui é mãe ou pai de menino com DPAC e já procurou o COMPP? Quem é que foi atendido ou teve o seu menino atendido no COMPP? Então, enfim, é a realidade. Eu vou passar para a Mônica com o encaminhamento dessa reunião na sexta. A gente já poderia ver o horário, 14h, 15h, enfim, já fechar o horário aqui também da reunião na Secretaria de Educação. Não é isso?

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Não. Eu não acho lá o local adequado porque nós estamos sem elevador, vocês subirão oito andares.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Então, vamos fazer na Secretaria de Saúde.

JOSÉ CARLOS QUINAGLIA - Podemos fazer no auditório.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Pronto, no auditório. Então, vamos continuar essa discussão. Agora, vamos fazer uma discussão operacional, para discutir a questão do diagnóstico e a questão da circular na sexta-feira, às 14h. Pode ser?

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Pode ser.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Sexta-feira, às 14h, na Secretaria de Saúde, onde era a Câmara Legislativa, no final da Asa Norte, no auditório, para discutirmos a questão da circular e vermos qual é o procedimento com relação ao CAS e também discutir essa questão do diagnóstico e de atendimento para os casos nos quais houver necessidade de atendimento de fono. Então, convidamos todas e todos para fazermos essa discussão com as representações que estão à Mesa e, a partir dali, criarmos um grupo de trabalho mesmo.

Concedo a palavra à Mônica para fecharmos esta Comissão Geral com este encaminhamento que já foi sugerido.

MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Gostaria primeiramente de agradecer a receptividade de toda Mesa. Isso é muito positivo.

Ficaria muito complicado sairmos daqui e voltarmos para onde já estávamos. É o que eu volto a falar. Voltar para os quatro anos em que meu filho ficou no sistema de inclusão sem resolução, assim como quantos aqui e quantos lá fora. Não seria essa a nossa expectativa com certeza. Então, eu acredito que sexta-feira poderá ser um bom dia.

Com relação à estratégia de matrícula, eu perguntaria novamente como é que ficamos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Na verdade precisamos consultar porque hoje... É como eu falei. Hoje de manhã quando eu saí de lá, por volta de meio-dia, me falaram que ela já estava para ser publicada. Agora, nada impede ainda que, mesmo já publicada na gráfica - porque disseram que estaria na gráfica -, saia um adendo, alguma coisa nesse sentido; mesmo que ela esteja na gráfica.

MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Sim, é porque essa é uma preocupação realmente forte.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Houve um caso da 305, da escola de educação infantil, do Jardim de Infância da 305 Sul. Já estava fechada a estratégia de matrícula, a escola iria fechar turmas e nós conseguimos reabrir especificamente para a 305 Sul, depois de toda uma discussão. Então, é possível reabrir especificamente?

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Deputada Erika Kokay, mas aí vocês reabriram a estratégia daquela escola. Na verdade existe um documento que sai, que é o documento da estratégia que rege toda a rede. Então, é isso que eu estou colocando. Se o documento já estiver na gráfica, não há como ser alterado, mas pode sair um adendo. Isso nós veremos. É a estratégia de cada escola, de cada situação. E isso pode ser revisto durante todo o ano. Isso é viável sim, mas tem que sair em documento.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Mas se já estiver fechada a estratégia de matrícula, ela não pode sair do jeito que está aqui.

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - E aí seria o seguinte. Eu não sei qual é a forma. Se é reabrir, se é adendo, o que é. Isso é algo a ser discutido, mas há que se contemplar a preocupação dos meninos porque não podemos pegar...

VALDICÉIA TAVARES DOS SANTOS - Mas nós já avançamos. Hoje, de manhã, nessa discussão que tivemos, nós avançamos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Não se pode impedir um menino que está caminhando bem com o CAS. Simplesmente isso. Não se pode.

MÔNICA ELIZA AVIANI BELLINGRODT - Retirar o benefício.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Sim, o direito. Esse encaminhamento é uma reunião da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde com os membros que aqui estão no auditório da Câmara, na sexta-feira, às 14h, na antiga Câmara Legislativa, para que possamos tirar, rever ou "adendar", enfim, não sei o que se faz com a estratégia de matrícula, para que possamos sobrestar os efeitos dessa circular no sentido de impedimento de direito, para que possamos fazer uma discussão de diagnósticos e outras discussões que se fizerem necessárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Para além disso, eu gostaria de perguntar principalmente à comissão, junto com a discussão de todos vocês, quais seriam as ações necessárias para constar no Orçamento do próximo ano, do ponto de vista do atendimento aos meninos e às meninas com DPAC, ou seja, do ponto de vista de formação continuada. Foi citado aqui, pode ser que surjam outras: o empoderamento do próprio caso, a questão dos fonos na rede. Enfim, estou solicitando ajuda para que vocês possam licitar isso, para que possamos contemplar por intermédio de emendas de minha autoria, dependendo do valor, ou com a discussão com o relator do Orçamento, que também não foi escolhido, mas que será escolhido nos próximos dias.

(Fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Sim, aí é o neurologista. O que vai ser feito, como você vai ter o atendimento que possa contemplar as necessidades dos meninos e meninas com DPAC do ponto de vista da Secretaria de Saúde. Eu gostaria que vocês fizessem a licitação disso, e a Mônica irá marcar uma reunião da Associação para discutir quais seriam os pleitos para constar do Orçamento do próximo ano. Logo após, vocês vão entregar-nos e, de acordo com o valor, nós o faremos por intermédio de emenda parlamentar ou, então, numa discussão com o relator do Orçamento ou com o subrelator para assuntos sociais.

Concedo a palavra a Sra. Djanete de Oliveira Leite.

SRA. DJANETE DE OLIVEIRA LEITE - Boa-noite, meu nome é Djanete de Oliveira Leite. Sou pedagoga, professora aposentada pela Secretaria de Educação, após um... como eu posso dizer, após algo muito triste de que eu fui acometida em sala de aula, motivo que me afastou. Estou com 14 pinos na coluna, 2 barras laterais. São 14 pinos de titânio.

Eu me dediquei aos meus alunos de ensino especial, deficiência mental leve. Eu sou avó de uma criança de 10 anos, Luan Filipe, filho da Kátia Danielle, e nós sabemos do sofrimento. Eu como avó, como professora do sistema, encontrei muitas falhas e elas existem. São falhas cruéis.

Faço minhas suas palavras, Deputada. Muito me orgulho como mulher em tê-la nesta Casa. Muito. Muito me orgulho em ver que o meu neto, Luan Filipe, está em boas mãos. E muito me entristeço ao ver tanta inoperância de todo o sistema.

Eu, como cidadã, graças a Deus, livre da lei da mordaca, posso fazer uso desta Casa, que é minha casa. Eu posso adentrar a esta Casa de cabeça erguida. Eu posso fazer valer o meu voto, não de cabresto, mas um voto livre. Muito me entristeceu. São leis, leis, leis, leis. Baseiam-se em leis, e nós nos baseamos em nossas necessidades reais, nós nos baseamos em sofrimentos reais. Para que colocá-la no olho do furacão? Para quê? Para desvirtuar? Não. É uma professora rica em conhecimentos. É uma professora preparada, e nós como avós, como mães, como professoras, nós nos orgulhamos dos nossos profissionais. Apesar de tanta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 10 2010	15h30min	86ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

inoperância de todo um sistema, infelizmente, de todo um sistema, cabe-me como avó lutar pelo meu neto, como cidadã brasileira, livre da lei da mordaça, sim.

Aos sete anos, eu enfrentei, sim, com a minha família a repressão, a exclusão. E vê-se veladamente que hoje, apesar de pleno século XXI, nós enfrentamos exclusões e repressões, veladamente, "pauladamente". Pauladamente porque o que se vê são pauladas e mais pauladas nos nossos sonhos.

O meu neto não é um aluno matriculado no ensino regular da nossa antiga Fundação Educacional. O meu aluno Luan Felipe de Oliveira Leite Xavier é matriculado em escola pública; professores despreparados. Ele corre risco de ser reprovado na Língua Estrangeira Espanhola, em Ensino Religioso e Filosofia, uma criança de dez anos, vítima de *bullying* na Escola SESC, de Ceilândia. Quando partimos para o ataque, denunciando a escola ao Ministério Público, toda a pasta do Luan Felipe de Oliveira Leite Xavier foi desviada, para onde eu não sei!

Eu gostaria de saber de todos os representantes aqui, de todo um sistema, falho, às vezes. Eu, como cidadã, dou-me o direito de assim me expressar. Dou-me o direito, conquistado por ser mulher, conquistado por lutas de mulheres nos anos 60, a partir de 1964. Eu, como uma criança de 7 anos, sofri na pele o que era palmatória, o método do medo do bê-á-bá. E eu vejo que o sistema não mudou muito não!

Enquanto eu, como professora, que me dediquei, enquanto eu estava dentro da minha sala de aula, trabalhando, fazendo os meus projetos, eu era valorizada. A partir do momento em que eu adoeci, meus valores foram esquecidos. Esses mesmos valores que nós, mulheres, estamos atrás para os nossos alunos do DPAC.

Por que colocá-la no olho do furacão? Estamos aqui para enaltecê-la e para angariar, seja lá o que for, nossos direitos.

PRESIDENTE (DEPUTADA ERIKA KOKAY) - Muito obrigada.

Então, eu queria, com esses encaminhamentos que aqui foram falados, agradecer muito a presença de cada uma e de cada um de vocês e de todos que compuseram a Mesa.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h23min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 201-Suplemento, de 5/11/2010.